



A presente ATA foi
Aprovada com 28 votos
a favor, 7 Abstenções e
0 votos contra.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 07/13-17
SESSÃO ORDINÁRIA
2014/06/27

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e catorze, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H20M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Vanda Pego, eleita pelo Partido Social Democrata, substituída por Luciano Santos.
- Hugo José Vasconcelos Martins, eleito pelo Partido Socialista, substituído por Pedro Ramalhosa.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão de 29 de abril 2014;
- c) – Aprovação da Orgânica dos Serviços Municipais de Caminha;
- d) – Aprovação das Minutas dos Acordos de Execução entre o Município e as Freguesias (art.º 132 da Lei 75/2013);
- e) – Aprovação de Formas de Apoio às Freguesias para Prossecução das Respetivas Competências Materiais;
- f) – Proposta de Modificação Orçamental/ Revisão n.º 2/AM/2014;
- g) – Nomeação do Auditor Externo (Certificação Legal de Contas);
- h) – Alteração à Postura de Trânsito na Rua 16 de Setembro na Freguesia de Caminha;
- i) – Alteração à Postura de Trânsito na Travessa do Repuxo na Freguesia de Caminha;
- j) – Alteração à Postura de Trânsito na Av.ª de Santo António com a Estrada das Faias na Freguesia de Seixas;
- k) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento à Foz do Minho e Mata do Camarido;
- l) – Aprovação das Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal Caminha;
- m) – Nomeação do Conselho Municipal de Educação.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O representante do Senhor Avelino Macedo Terra, o **Senhor Antero Macedo Terra** saudou os presentes e leu:

“Exmos. Senhores,



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

No seguimento da celebração do contrato de aquisição de bens móveis, em Julho de 2013, ao abrigo do decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, Código dos Contratos Públicos, entre o Município de Caminha e o Sr. Avelino Macedo Terra, designado Ajuste Direto para “Aquisição de Suínos 2ª e 3ª fase”, vêm-se dar conta do seguinte:

1º O contrato pressuponha o fornecimento de um suíno, pelo Sr. Avelino, a todos os munícipes, previamente seleccionados pelo Município, que estivessem na posse de um “vale”.

2º Os vales eram emitidos pelo Município.

3º O preço adjudicado foi de €12.500,00, acrescido de IVA à taxa de 6%.

4º O fornecimento ocorreu entre Julho e setembro de 2013.

5º Por cada fornecimento, o Sr. Avelino, emitia uma fatura, onde identificava o número do vale e o anexava à dita fatura.

6º O pagamento, nos termos contratualizados, deveria ser feito mensalmente, com a entrega das faturas.

7º Entretanto, no mês de agosto de 2013, o Município contacta, por diversas vezes, o Sr. Avelino, no sentido de o alertar para o terminus do prazo do contrato, e por conseguinte do projecto que lhe estava associado, com como para o facto de que ainda não estava concluído o fornecimento.

8º Neste mesmo mês, foi apresentada ao Município para pagamento a fatura n.º 316/A, acompanhada dos vales originais, que a integram, cujo pagamento até à data ainda não foi efetuado.

9º Também em agosto, e para cumprimento do contrato e das várias solicitações por parte do Município, o Sr. Avelino faz mais entregas de suínos, mediante os vales que lhe foram apresentados, alertando para o facto de que se encontrava a fatura n.º 316/A por pagar, a supra citada, no montante de 2.448,60 euros, ao que lhe foi respondido que a mesma não existia, sendo-lhe solicitada a continuação do fornecimento de suínos até perfazer o valor contratualizado, sem averiguação prévia do paradeiro desta mesma fatura.



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized 'A' and a signature that appears to be 'L'.

Assembleia Municipal de Caminha

10º Entretanto, o Sr Avelino cumpre com o que lhe é solicitado, ou seja, com o fornecimento de suínos até perfazer o valor contratualizado, dando conhecimento disso ao Município, informando incessantemente que existe uma fatura entregue ao município que está perdida.

11º Para além disto, a meio do projecto, o Município, apercebe-se da fraca adesão ao mesmo por parte dos munícipes e decide pelo reforço da emissão de vales, o que resultou no excesso de procura face ao contratualizado.

12º Ao darem conta do problema, o Sr. Avelino é contactado, a pedido do Município, e na pessoa da Dra. Angelina e da Dra. Mónica é-lhe solicitado o fornecimento extracontratual de suínos a todos os munícipes que apresentassem o vale, na garantia de que este compromisso seria cumprido.~

13º Na sua boa fé, O Sr. Avelino cumpriu com o solicitado, acreditando que o Município iria cumprir com este novo compromisso.

14º Entretanto, passados cerca de 2 meses, (após a entrega da fatura) o Município localiza a fatura n.º 316/A que anteriormente disse não conhecer a sua existência, que devolve ao Sr. Avelino através do ofício n.º 626/SCAP, com data de 26/3/2014, acompanhada dos vales originais, que a integram, argumentando que a não iriam pagar porque o valor contratualizado já se encontrava preenchido.

15º Na realidade, o que aconteceu, foi que ao Sr. Avelino lhe foi dito que, independentemente do que havia sido contratado, deveria fornecer suínos sempre que um munícipe lhe entregasse um vale válido, sendo que no final o Município se responsabilizaria pelo pagamento.

16º Aos dias de hoje, o Município ainda não cumpriu com o pagamento do valor contratualizado, nem assumiu ao pagamento da fatura n.º 316/A que havia deslocalizado, bem como também não assumiu o pagamento dos fornecimentos extracontratuais que haviam sido solicitados e que tiveram como suporte os vales emitidos pelo Município.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

17º Pelo exposto, solicita-se o cumprimento do contrato, bem como a regularização da fatura n.º 316/A, resultantes de fornecimentos extracontratuais, até dia 31/07/2014, no montante total de 2.448,60 euros.

18º Findo este prazo, e na falta de cumprimento, o Sr. Avelino reserva o direito de recorrer às instâncias judiciais adequadas para a resolução da questão, sem necessidade de nova interpelação do Município.”

O **Senhor Luiz Carlos Quarteu** saudou os presentes, e disse que o assunto que o prendia na sua intervenção já tinha sido esclarecido com o Pedro Fernandes; era relativo à segunda edição do Triatlo a decorrer em Caminha, pelo que deseja as maiores felicidades para o evento.

A **Senhora Etelvina Morte** saudou os presentes e disse que encontrando-se desempregada e a passar por carências bastante graves, entre elas um problema de visão igualmente grave, viu-se na necessidade de comprar uns óculos sem ter actualmente possibilidades económicas para o fazer, vendo-se por isso a piorar e a perder a visão. Tendo-se dirigido à Câmara em busca de apoio para o seu problema, foi-lhe dito que receberia ajuda para o solucionar, no entanto tal já lhe foi dito há vários meses, sem obter na realidade qualquer apoio.

A Senhora Etelvina, referiu ainda outros casos de vizinhos dela que necessitam de apoios, entre eles situações de necessidade de obras em residências próprias sem condições, para os quais requereu igualmente apoio quer junto do Município, quer junto do presidente da Junta de Freguesia de Caminha.

Chamou ainda à atenção para o trabalho que vem sendo feito pelo actual executivo camarário, considerando que estes desiludiram a população caminhense que neles depositou confiança; apontou um mau procedimento por parte dos funcionários camarários, a obra próxima da Matriz que refere ter sido “abandonada”, bem como a situação de algumas residências particulares em péssimas condições e de obras a serem levadas a cabo sem licença e sem



Assembleia Municipal de Caminha

receberem atenção por parte deste executivo, entre outros referências que fez a situações que acredita não estarem a ser devidamente tratadas pela Câmara de Caminha.

A Senhora Etelvina voltou a referir a desilusão da população de Caminha com o desempenho do actual executivo camarário, questionando sobre o verdadeiro papel dos funcionários da Câmara de Caminha e sobre o trabalho que crê, não ter sido ainda feito nos meses que o executivo detém já o poder.

A **Senhora Vereadora Ana São João**, saudou os presentes e respondeu à intervenção anterior, justificando ser ela responder por se tratar de um tema que diz respeito à sua função. Confirmou o pedido de apoio por parte da Senhora Etelvina Morte, no entanto o Fundo de Emergência Social, o programa Caminha Solidária, não permite o apoio ao caso da Senhora Etelvina, tendo sido no entanto disponibilizada a ajuda que é prevista pelo artigo 12 para casos de excepção.

O **Senhor Presidente da Câmara** saudou os presentes e relativamente à intervenção referente à prova de Triatlo que se realizará em Caminha, sublinhou a sua importância e interesse para a população caminhense e população geral, lembrando que apesar de alguns contratempos na edição anterior, todo o esforço foi feito para que nesta edição nenhum habitante ficasse isolado. Graças ao esforço dos funcionários do Município, especialmente do Vereador Rui Teixeira e da equipa de Pedro Fernandes e Luís Saraiva, foram tomadas todas as providências para que a normal circulação dos habitantes e dos veículos de emergência, bem como dos participantes na prova fosse assegurada. Referiu ainda que a situação mais complicada de solucionar foi precisamente a da freguesia do interveniente, Argela, no entanto tal foi solucionado igualmente. Nos próximos dias seria levada a cabo a informação dos habitantes das povoações pelas quais a prova



Assembleia Municipal de Caminha

tem incidência, prevendo naturalmente sempre algum problema que possa surgir no dia.

Relativamente à primeira intervenção, o Presidente lembrou que a situação vem sendo já debatida, inclusive pela comunicação social local. O presidente confirmou que foi efectivamente levado a cabo um reforço na emissão de vales entre os meses apontados de agosto e setembro mas aponta que a Câmara Municipal não possui qualquer contrato que comprove o fornecimento a mais que o Sr. Avelino diz ter tido. Assim, não existindo tal contrato, e existindo por sua vez a Lei dos Compromissos de pagamentos em atraso que obriga à requisição do serviço para o estabelecimento do compromisso; sendo o valor dos vales apresentados superior ao valor contratado, é precisamente esse a dificuldade que a Câmara possui actualmente para a resolução desta situação que o Presidente acredita se dever a um exercício de luxúria na entrega de suínos. O presidente refere que compreendendo a situação do Sr. Avelino, é urgente encontrar uma solução, apesar de neste momento a câmara não possuir qualquer instrumento que possa colmatar a entrega de suínos à confiança que levou a cabo. O Presidente da Câmara propôs-se a analisar todo o processo para ser finalmente alcançada uma solução ao problema do Sr. Avelino.

O **Senhor Vereador Flamiano Martins** em resposta à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, referiu que não houve qualquer descontrolo na altura da atribuição de suínos por parte da Câmara, mas sim por parte das Juntas de Freguesia que não confirmavam as áreas que eram necessárias possuir de cultivo de cereais para a atribuição de suínos (1000 metros quadrados ou mais). O Senhor Vereador afirmou ainda não ter havido qualquer pedido por parte dos dirigentes da altura para haver um fornecimento extracontratual de suínos. Relativamente à fatura que foi referida, esta tratava-se apenas de uma fatura que havia sido extraviada e detectada mais tarde pelos serviços camarários; O Senhor Vereador apontou ainda que a situação não se



Assembleia Municipal de Caminha

encontrava resolvida porque a Câmara actualmente não o quer, uma vez que se tratou apenas de um erro dos serviços e não dos dirigentes, afirmando ainda que este seria um assunto para ser resolvido na Câmara e não em Assembleia, como se estava a passar.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

O **Senhor Presidente** informou que todos os deputados da Assembleia Municipal comungam do voto de pesar que passou a ler:

“Tendo falecido, na manhã de hoje, o Presidente do Concelho Directivo da Anafre, Dr. Joaquim Cândido Leite Moreira, verdadeiro lutador pela causa das freguesias, solicitamos a V.Ex.^{cia} que, em sua memória, pelo seu exemplar exercício das suas funções como Autarca de Freguesia e como dirigente da Anafre seja guardado um minuto e silêncio e apresentado um voto de pesar e de profunda tristeza pela sua morte.”

Foi feito então, um minuto de silêncio à memória do Dr. Joaquim Cândido Leite Moreira.

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, informou que a Mesa recebeu correspondência, e que se encontra disponível para consulta durante a sessão.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** fez uma interpelação à mesa, saudando inicialmente todos os presentes e todos os espectadores que seguiam a Assembleia Municipal pela Internet. Continuou, referindo que o grupo d PSD tem recebido inúmeras queixas de ouvintes distribuídos quer em Portugal, quer no estrangeiro que as transmissões das Assembleias via Internet por vezes não chega nas melhores condições aos espectadores, especialmente quando



Assembleia Municipal de Caminha

os elementos deputados do PSD estão no uso da palavra, pedindo ao Presidente da Mesa para que seja mantido um tratamento igual a todos os intervenientes no uso da palavra.

Seguidamente, o Senhor Deputado Rui Taxa questionou o Presidente sobre a existência de uma resposta que lhe pudesse ser dada a dois requerimentos que foram apresentados por ele na Assembleia anterior, bem como a um requerimento apresentado pela Deputada Lilita Gonçalves, na qualidade de seu porta-voz.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia

O **Senhor Presidente** abriu as inscrições para este período. Relembrou ainda que os grupos parlamentares do PS e PSD possuíam apenas 26 minutos e o grupo parlamentar da CDU possuía 8 minutos.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães** saudou os presentes e iniciou a sua intervenção:

“Na semana de 26 a 30 de Maio de 2014, os Direitos da Criança estiveram em destaque com actividades dirigidas às crianças e às famílias, tendo como grande objectivo despertar as consciências da comunidade para os afetos, para a inclusão e para o direito à diferença.

Em nome da bancada do partido social Democrata nesta Assembleia, endereço saudações muito especiais a todas as crianças e jovens, todos os Senhores Professores, Educadores, auxiliares, a todas as Instituições de Ensino, Jardins-de-infância e Creches.

Uma saudação especial a todos quanto trabalharam, quer individualmente quer colectivamente, no apoio a todas as crianças do Concelho de Caminha.

Por fim, louvar e reconhecer todo o trabalho que foi desenvolvido pela CPCJ de Caminha, na pessoa da sua Presidente Doutora Patrícia Gomes.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, saudou todos os presentes e iniciou a sua intervenção:

“Peço que me desculpe e não é minha intenção de faltar ao respeito a esta Assembleia, mas as minhas primeiras palavras vão ser dirigidas ao público aqui presente.

Esta minha petição é nomeadamente por eu achar que a essência e a alma do nosso concelho são as pessoas, e é por esse motivo que nós estamos hoje aqui.

Meus Senhores e minhas Senhoras, muito boa noite e muito obrigado pela vossa presença”.

Após saudar os elementos da mesa e os presentes, continuou:

“ Esta minha intervenção é apenas de agradecimento e vai dirigida a toda a comunidade de Vila Praia de Âncora, incluindo os trabalhadores da Câmara Municipal e trabalhadores da Junta de Freguesia que directa ou indirectamente, estiveram envolvidos nos eventos que decorreram na Vila que eu represento.

Refiro-me: à Via Sacra, à Maior Mesa de Páscoa do País, Vila Praia em Flor, BTT e Caminhada, s Jogos Tradicionais e as Marchas de São João.

Todos estes eventos foram e são um sucesso sem precedentes, trouxeram a Vila Praia de Âncora, milhares de pessoas, que além de terem revitalizado o nosso comércio local e tradicional, ficaram a conhecer a nossa Vila e tudo aquilo que temos de melhor para oferecer.

Iniciativas, com qualidade onde dezenas de pessoas se empenharam e dedicaram muitas horas do seu tempo em prol do ser sucesso e sem esperar nada em troca. Apenas pelo Amor à terra que os viu nascer e à terra que os acolheu.

Mas nada disto seria possível sem os apoios monetários e humanos da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia.

Por esse motivo queria deixar aqui um agradecimento muito especial em nome da minha freguesia à Câmara Municipal, ao Sr. Presidente Dr. Miguel Alves e



Assembleia Municipal de Caminha

restante executivo, ao grupo das Catequistas da Paróquia de Vila Praia de Âncora, ao Movimento dos Empresários do Concelho de Caminha, ao Lendário Grupo das Maias, a todas as Associações e colectividades de Vila Praia de Âncora, à 1ª Companhia de Guias de VPA, aos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, aos trabalhadores do Município e da Junta de Freguesia, a toda a comunidade que esteve envolvida nestas iniciativas, ao Sr. Vieira proprietário de duas lojas que gentilmente cedeu no âmbito de Vila Praia em Flor.

É para mim uma grande honra ser Presidente da Junta e ter Ancorenses, independentemente das cores partidárias, que se unem e se abraçam com um único objectivo, levar o nome de Vila Praia de Âncora a todos os cantos do País, da Europa e do Mundo.

Muito obrigado a todos. Vila Praia de Âncora.”

A **Senhora Deputada Liliana Gomes** saudou os presentes e iniciou a sua intervenção:

“A minha intervenção não é apenas uma pergunta mas também uma preocupação como utilizadores.

O inverno foi rigoroso e o percurso do rio Âncora foi alterado, Conforme o constatado, o rio assoreou, levando a execução de obras para repor o normal percurso do mesmo.

A minha preocupação vai no sentido de saber se está garantida segurança para os seus utilizadores. Uma vez que esta obra pode levar a fundões com areias movediças.

Parece-me legítima a minha preocupação tanto como utilizadores, como mãe, visto ser a praia das crianças e estas serem as principais utilizadores da foz do rio Âncora.

Julgo não estará garantida a devida segurança. Foram tomadas as medidas necessárias?



Assembleia Municipal de Caminha

Parece-me importante referir que em tempos pelo mesmo motivo de retiradas de areias aconteceram acidentes que causaram morte a várias crianças.

Aqui deixo o meu alerta...”

O **Senhor Deputado Jorge Alves** saudou os presentes e iniciou a sua intervenção:

“O caminho trilhado pelo Governo do PSD/CDS de degradação das condições de trabalho na administração pública central, local e regional, está bem patente no aumento para as 40 horas dos trabalhadores da administração pública.

É óbvio que no concreto, trabalhar mais 5 horas semanais recebendo o mesmo salário, significa uma enorme desvalorização dos salários. Significa uma redução direta no valor da hora de trabalho paga aos trabalhadores do Estado e significa também, e não menos importante, uma desorganização e desregulação dos horários laborais, afetando de forma grave a vida pessoal e familiar destes trabalhadores.

O Governo do PSD/CDS-PP, que impôs este regime de horário criando clamorosas situações de desigualdade, é o mesmo que se recusa a viabilizar uma solução de reposição da igualdade que passa inequivocamente pelo regresso ao horário de 35 horas semanais para todos os trabalhadores da administração pública e o seu alargamento a todos os trabalhadores.

Temos conhecimento que já muitas autarquias a assinaram o acordo com os sindicatos, para o regresso às 35 horas de trabalho semanais, aliás indo de encontro ao próprio parecer do Concelho consultivo da Procuradoria Geral da Republica.

Assim gostaríamos de saber para quando está prevista a assinatura destes acordo entre a autarquia de Caminha e os sindicatos?

Pois para o PCP, o futuro do País passa pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, passa inequivocamente pela redução do horário de trabalho como perspetiva de progresso e justiça social.”



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Aldeia** saudou os presentes e iniciou a sua intervenção:

“Começo esta minha intervenção para em nome da bancada do Partido Socialista, agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao Senhor Presidente da Câmara, à CPCJ, aos deputados presentes e demais entidades envolvidas, a disponibilidade que tiveram em realizar uma Assembleia Municipal Extraordinária integrada nas Comemorações do Dia Mundial da Criança, dando assim toda a solenidade e dignidade ao acto que aqui decorreu por essa altura. O nosso agradecimento também ao trabalho dos professores que participaram na preparação desta iniciativa, já que foi de facto um momento especial em que as crianças e jovens do nosso concelho, vestiram a pele de Deputados Municipais e deixaram, de uma forma simples, algumas chamadas de atenção, apelos e sugestões, pertinentes, direi, àqueles que gerem os destinos do nosso concelho. Obrigada a todos.

Temos presenciado o esforço que o Município está a fazer para catapultar o concelho de Caminha para a qualificação da oferta turística local e para a dinamização de uma nova programação cultural e desportiva.

Depois do êxito da animação de Natal e da passagem de ano, seguiram-se meses de constante animação.

Entre Fevereiro e março realizou-se o “Caminha Doce”, um evento iniciado pelo anterior executivo e que se expandiu este ano para o outro lado do rio Minho, na vizinha A Guarda. Este evento teve a participação das pastelarias do concelho e de outras regiões do país e contou ainda com a presença de Mário Rodrigues, 1º classificado no Chefs Academy.

Seguiram-se as comemorações do 25 de Abril e durante todo o mês celebraram-se os “40 anos de Abril” com cerimónias protocolares, exposições, animação, cinema, música e teatro. Momentos altos foram os concertos de Uxia e Fernando Tordo.

O “Vila Praia em Flor” decorreu com grande êxito entre Abril e maio, uma iniciativa da Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Vila Praia



Assembleia Municipal de Caminha

de Âncora, com o apoio do Grupo de Amigos das Maías. Vila Praia de Âncora transformou-se em flor e a população aderiu com grande animação. O concerto de Capiqua, a “menina do hip hop nacional”, deu-lhe um toque mais jovem e interventivo.

Em maio apresentou-se um novo evento: o “Revisitar Tradições e Património”, com grande participação da população de Vila Praia de Âncora, divertindo-se com os jogos tradicionais que se foram perdendo no tempo.

Em Junho destaca-se o “Dia do Corpo de Deus”, cumprindo a tradição de mais de duas décadas, com a participação da população do concelho na execução dos tapetes floridos pelas várias ruas de Caminha e Vilarelho. Este ano o Município trouxe a Caminha duas novidades: a colaboração do concelho de Arraiolos na elaboração dos tapetes e o programa “Somos Portugal” da TVI, transmitido em direto, durante 6 horas, para 760000 espectadores em todo o país.

Neste mês de Junho foi apresentado o projecto das 5 semanas temáticas e no Verão 5 estrelas. As 5 semanas temáticas apresentam-se de forma sequencial: Festa do Mar e da Sardinha (25 a 29 de Junho); Viagens à Terra Nova (2 a 6 de Julho); Art Beer Fest (10 a 13 de Julho); Entre Margens (17 a 20 de Julho); Feira Medieval (23 a 27 de Julho).

As semanas temáticas emergem no espírito empreendedor e forte sentimento de pertença e dinamismo da população do concelho de Caminha. Sente-se o potencial de reconversão do património material e imaterial e a respectiva integração com o produto turístico.

Parece-nos que esta poderá ser a extraordinária oportunidade para que o investimento na cultura seja potenciado e sustentado, convertendo-se no ponto de viragem para o concelho de Caminha.

Esta proposta das 5 semanas temáticas pode constituir um instrumento para o desenvolvimento cultural, social e económico do nosso concelho, com a participação das associações, empresas e população em geral. Em 8 de Julho teremos a comemoração dos 90 anos de elevação de Vila Praia de Âncora.



Assembleia Municipal de Caminha

Destaca-se neste dia o concerto de Teresa Salgueiro “ A Fortaleza”, no Forte da Lagarteira. Mas é também em Julho que vamos festejar o regresso do festival de Vilar de Mouros, um Festival desejado e de grande potencial económico para o concelho de Caminha.

A proposta para Agosto é qualificar, é demonstrar ao público que nos visita que neste concelho também se pode assistir a concertos que normalmente só decorrem nas grandes cidades do país.

Em Agosto teremos entre nós Júlio Resende (15 de agosto em Caminha), Rita Guerra (16 de agosto em Caminha), António Zambujo e Ana Moura (8 de agosto em Caminha), Anselmo Ralph (9 de agosto em Vila Praia de Âncora).

É de salientar a colaboração que o município tem demonstrado nas freguesias com todas as romarias e festividades locais.

É necessário com esta iniciativa capacitar a comunidade local com novos recursos e competências humanas e profissionais, estimulando o seu activo envolvimento.

Esta programação com movimento cultural constante tem permitido a valorização da qualidade de vida como dimensão fundamental para transformar um espaço de preservação passiva da memória num espaço de permanente oferta de novas e surpreendentes experiências culturais e criativas.

Agradecemos ao actual executivo da Câmara Municipal em assumir, com coragem, num momento de crise social em que todos vivemos, este programa que se apresenta como uma abordagem crítica da cultura, da inteligência compartilhada e da presença da cultura na solidariedade como convivência de abertura à inovação. Esta proposta cultural poderá transformar a economia da região, a partir de um modelo de economia criativa, competitiva e geradora de emprego. Assim esperamos que seja, assim estamos certos que será.

Obrigada”

O **Senhor Deputado Rui Taxa** iniciou a sua intervenção:



Assembleia Municipal de Caminha

“É inquestionável que o Concelho de Caminha necessita de estar ligado à Galiza para se desenvolver. O futuro deste nosso Concelho, em todas as suas vertentes, depende cada vez mais desta ligação.

Note-se o incremento e o desenvolvimento comercial que Vila Nova de Cerveira teve desde a construção da denominada “Ponte da Amizade” entre este Concelho e o Concelho Galego de Tomiño.

Esta nossa ligação à Galiza pode ser feita por via fluvial através do Ferry Boat, ou por via terrestre, através de uma ponte. O nosso Ferry, usando-se argumentos técnicos, tem a sua morte anunciada a muito curto prazo.

Infelizmente.

V. Exa. Sr. Presidente, já anunciou publicamente que não se admirava se o Ferry parasse definitivamente no próximo mês de agosto.

Entretanto, e já que estou a falar no Ferry, não posso deixar de realçar que o Presidente de A Guarda, já reduziu a dívida do Ferry em cerca de um milhão de Euros – afirma que a dívida não é de 2,5 milhões mas sim de 1 milhão de Euros e qualquer coisa - e jogando na prorrogação e adiamento de pagamentos, está claramente a jogar na prescrição total da dívida.

Sem Ferry, devemos todos começar a pensar, e a empenhar-nos conjuntamente no objectivo final da construção de uma ponte que una o Concelho de Caminha e o Concelho de A Guarda.

Esta ponte, e usando uma expressão que V. Exa. gosta muito de utilizar, seria a “Auto Europa” do Concelho de Caminha.

Por outro lado, vamos ter a curto prazo a modernização da Linha Ferroviária do Minho, com a sua electrificação.

O comboio Celta, que usa automotoras 592 deverão ser substituídas por modernas composições da série 5945 ou 598, que já são verdadeiros comboios do séc. XXI devido, sobretudo, ao seu grau de conforto.

Xoán Mao, Presidente do Eixo Atlântico, afirma que o Celta serve uma região – Minho mais Galiza – com oito milhões de habitantes, devendo melhorar-se a ligação – com mais paragens intermédias para servir mais cidades – e que no



Assembleia Municipal de Caminha

futuro a ligação entre Porto e Vigo seja feita com um Alfa Pendular português ou um Alaris espanhol.

O Presidente do Eixo Atlântico vai mais longe e acha mesmo que, depois da modernização da linha, deverá haver uma ligação La Coruña-Algarve.

Temos aqui uma oportunidade que não podemos perder. A região galega do Baixo Minho, na qual se inclui La Guardia, Oya, El Rosal e Tomiño, não estão ligadas por via ferroviária à restante Galiza. Com o Celta a parar em Caminha, outras fronteiras e ambições se abririam, não só para nós, como para os nossos vizinhos galegos.

O Presidente da Câmara de Viana do Castelo e o Presidente da Câmara de Valença, já conseguiram na última Cimeira Ibérica que o Celta parasse nas suas respectivas cidades. Devemos conseguir garantir que o Celta pare em Caminha.

A construção da ponte justificaria a paragem do Celta, e a paragem do Celta justificaria a construção da ponte.

Fazendo lobby com os seus homólogos Galegos, ou sozinho, acho que V. Exa. Sr. Presidente se deve atirar a este desafio, para bem do futuro do nosso Concelho.

Com o devido respeito e consideração por V. Exa. o Sr. Presidente tem aqui uma óptima oportunidade para nos mostrar o “Ranger” que há em si.

Sr. Presidente,

Enquanto candidato o senhor anunciou e prometeu que traria para Vilar de Mouros um cartaz e ambiente semelhante ao vivido no saudoso ano de 1971, ano da realização do 1º Festival de Vilar de Mouros.

Não faltaram “sinais”. A Inês de Medeiros foi um deles...

O senhor iria fazer diferente e melhor! Esteve muito bem! Tão bem que até ganhou as eleições!

Depois, depois “aproveitou” o protocolo e a parceria que tanto criticou... e tinha tudo para cumprir o que prometeu” O festival de Vilar de Mouros de 71...



Assembleia Municipal de Caminha

Depois, com tanta falta de recursos pagou um autocarro e deslocou jornalistas a Lisboa para apresentar o festival... Começamos a vislumbrar que afinal não era o de 71...

Depois de ter apresentado em Lisboa, em 2 de Abril de 2014 o Festival de Vilar de Mouros 2014, V. Exa. anunciou que estava à espera do fim do Festival Rock in Rio, para então poder anunciar o resto das bandas que completariam o cartaz do Festival de Vilar de Mouros deste ano.

Acontece que mais nada foi anunciado do que aquilo que já foi. Não está a ser feita a devida publicidade. Os bilhetes estão à venda, mas não há procura. A juventude não se sente atraída pelo cartaz do Festival, até porque o mesmo não é apelativo. A juventude diz que este Vilar de Mouros vai ser uma “banhada”. Temo que Vilar de Mouros 2014 venha a ser um fiasco. Temo que afinal Sr. Presidente o Vilar de Mouros não vai ser a Auto-Europa do Concelho de Caminha.

Temos que o senhor tenha sacrificado a Feira Medieval, sem “dialogar” com as forças vivas, em prol de um festival “pobre”, para não usar outro termo, que nada tem de 71 e do que o senhor prometeu.

Mais grave: o Senhor não vai só condicionar o futuro do Festival, o senhor está a destruir uma “marca”, uma memória, um património, que estaria mais preservada se não fizesse festival dizendo que este não era o seu projecto, nem o seu “timing”...

Sr. Presidente

Urge corrigir enquanto há tempo.

Por outro lado, não posso deixar de realçar a excelente aceitação que o Sonic Blast está a despertar entre os jovens.

Desejo aproveitar este momento para enviar um forte abraço, ao mentor deste Festival, o jovem Ricardo Rios, que de uma forma continua e muito bem estruturada realiza este Festival em Moledo, colocando a Freguesia e o Concelho de Caminha na rota de muitos jovens quer portugueses, quer estrangeiros.



Assembleia Municipal de Caminha

Parabéns Ricardo Rios, onde quer que estejas no futuro, Sonic Blast SEMPRE!
Sr. Presidente,

No passado, o executivo anterior, volta e meia era bombardeado com os mais diversos boatos cujo fim não era mais do que criar e lançar suspeições diversas.

Nunca achámos que essa era a forma correcta de fazer política. Mas outros partidos houve que não tiveram a maior relutância em usarem a boataria e a difamação para capitalizar politicamente.

É nas instâncias próprias que se devem pedir esclarecimentos. Neste momento corre um bato no Concelho de Caminha.

Diz-se, que a Suma não ganhará o próximo concurso de recolha de Resíduos Sólidos, e que a empresa ganhadora, será pertença de algum familiar do Presidente da Câmara de Lisboa, Dr. António Costa.

É em nome da transparência que deve sempre existir e na defesa do bom nome dos envolvidos, que pergunto a V. Exa., em que ponto está este concurso e se já houve ou não adjudicação a alguma empresa. Em caso afirmativo, qual.”

O **Senhor Deputado Rui Lages** saudou os presentes e iniciou a sua intervenção:

“ Esta minha intervenção prende-se com a época de Verão que se aproxima, prende-se com o turismo nocturno da nossa terra e prende-se com a relação dos Jovens com a afamada noite de Caminha.

Todos nós sabemos que Caminha é muito procurada pela oferta nocturna que proporciona aos Jovens.

A restauração de excelência do concelho, aliada à vastíssima oferta de cafés, bares e discotecas faz com que Caminha seja nos meses de Verão, anfitriã de milhares de pessoas que nos visitam.



Assembleia Municipal de Caminha

Para que possamos ser um concelho dinâmico, fomentador de turismo e um polo atractivo para os Jovens, torna-se necessário estarmos dotados de meios facilitadores de mobilidade.

É neste sentido que venho propor ao executivo camarário que nos meses de Julho e Agosto, proporcionem ou facilitem um transporte colectivo nocturno, que permita aos Jovens do concelho e a todos aqueles que por cá gozam as suas férias, de um meio de transporte que ofereça a estes jovens uma saída à noite, permitindo assim, frequentar os estabelecimentos de diversão nocturna, sem que para tanto tenham de conduzir.

É uma questão de prevenção, aliada a uma oferta potenciadora de um tipo de turismo. Proponho assim, que haja um transporte colectivo nocturno que faça a ligação entre Vila Praia de Âncora – Moledo – Caminha.

Estou em crer que esta medida atrairia mais Jovens para o nosso Concelho, em especial para as nossas duas Vilas.

Muitas cidades dedicadas ao turismo e à diversão nocturna já adoptaram este modelo, e diga-se em abandono da verdade, que com muito sucesso.

Somos apologistas do conceito: Diversão em Segurança.

E a segurança começa na prevenção.”

O **Senhor Deputado Carlos Mouteira** saudou os presentes e iniciou a sua intervenção:

“Conforme foi anunciado publicamente, estão a acontecer os procedimentos para definir a empresa que irá cuidar da limpeza urbana e recolha de resíduos sólidos para os próximos 5 anos.

Por esse motivo, quero manifestar a minha preocupação com a salubridade ambiental, que como se sabe, envolve a imagem da nossa vila e do nosso município.

A minha legítima preocupação tem a sua génese no começo deste milénio, no tempo em que fui presidente da Junta de Freguesia de Caminha – Matriz. A memória que carrego dessa ocasião fez-se com a minha vivência dos fatos e



Assembleia Municipal de Caminha

com as imagens que conservo até hoje e que posso partilhar com todos aqui e agora.

Para além dessas imagens, que falam verdade, temos as minhas intervenções da ocasião da Assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia, que estão nas atas desses tempos. Entre várias intervenções que fiz, destaco os seguintes parágrafos onde fiz referências e citações relativas à péssima limpeza urbana que acontecia na vila de Caminha.

Citei o Jornal Caminhense de 25 de Setembro de 1998, que noticiara: "Os delegados da assembleia de freguesia apresentaram e aprovaram mesmo por unanimidade uma proposta dando conta do péssimo estado de limpeza em que se encontram algumas artérias desta vila (...) Considerando que tal estado de coisas em nada abona o bom nome desta vila, propomos que seja levada pelo presidente da junta, perante a Câmara Municipal o nosso descontentamento geral relativamente a esta situação"

Citei, ainda, o Jornal Caminhense de 13 de Outubro de 2000, que trouxe a seguinte notícia: "Assembleia de Freguesia de Caminha preocupada com a falta de limpeza na vila de Caminha. Um problema que se vem arrastando de reunião em reunião sem que seja encontrada uma solução definitiva para este problema. Culpa à parte, o que os delegados querem é uma vila mais limpa!..."

E, por fim, citei o Jornal de Notícias de 24 de Junho de 2002 com a seguinte manchete: Tribunal de Contas chumba concurso para a recolha de Lixo. A Câmara Municipal de Caminha tomou conhecimento da recusa do visto do Tribunal de Contas a um novo contrato, por dez aos, lançado pelo anterior Executivo, e que tinha dado a empresa Novaflex como vencedora.

No concurso está prevista a exclusão de convite à empresa com que existe litígio.

A autarquia emitiu, ainda, em esclarecimento à população, lamentando tal atitude de represália, face aos "problemas surgidos com o último concurso público" aberto pelo anterior Executivo.



Assembleia Municipal de Caminha

Refira-se, que a actual câmara vinha recusando implementar esse novo contrato, face às dúvidas pertinentes do Tribunal de Contas, e confirmadas apesar das insistências do vencedor do concurso.”

O novo contrato chumbado previa um período de validade desses serviços por dez anos, com valores na ordem dos 45 milhões de euros, mas continha alguns erros e não tinha sido ratificado pela Assembleia Municipal, tendo sido objecto de pedidos de esclarecimento à Câmara, por parte do Tribunal de Contas.

Afirmava, então, em 2002 a CM liderada pela Dra. Júlia Paula : a situação será normalizada e os caminhenses terão as ruas limpas e a recolha diária de resíduos assegurados.

Essa é a minha expectativa: que os caminhenses continuem a ter as ruas limpas e a recolha diária de resíduos sólidos assegurados. E têm tido!... Pelo menos até agora!...

Por isso, devo dar os parabéns ao Sr. Presidente Dr. Miguel Alves, pelos serviços que estão a ser prestados nessa área. Para ser oportuno: refiro-me, especificamente, à cuidada limpeza da vila, que se verificou logo após as festividades do Corpo de Deus deste último domingo.

No passado tivemos anos de mau serviço. Nos últimos anos contabilizamos cerca de uma dúzia de anos de bons serviços. Também, nessa área, que corra tudo bem para Caminha a partir da futura adjudicação desses serviços!”

O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves, , saudou os presentes assim como todos os habitantes de Caminha e de Vilarelho pelo realizar de numerosos eventos nos últimos tempos, destacando o “Sonhos de Verão” levado a cabo pelos comerciantes da Rua Barão de S. Roque, a “Festa de Sto. António” levada a cabo pelos Amigos da Matriz, a “Festa de S.João”, cujo fim é o de recuperar a Capela de S. João e as comemorações do Corpo de Deus. Agradeceu ainda a todos os funcionários da Câmara e das Juntas de Freguesia, assim como aos



Assembleia Municipal de Caminha

habitantes e às pessoas de fora que se prontificaram a colaborar e a ajudar com empenho no desenrolar de todas estas festividades.

Seguidamente referiu que relativamente à questão sobre os suínos, que sendo recente Presidente da Junta não tem qualquer informação sobre o Programa que foi criado, garantindo que abrirá um rigoroso inquérito para saber a quem foram distribuídos os suínos, quem aprovou essa distribuição, quem entregou esses vales em Caminha e Vilarelho e quando foram entregues, transmitindo depois a informação à Comunicação Social.

A **Senhora Deputada Júlia Paula** saudou os presentes e congratulou a recente realização da Assembleia Municipal Extraordinária promovida pela Comissão de Protecção de Jovens e Crianças Menores, ressaltando que deve ser evidenciado o esforço e o trabalho que esta organização leva a cabo, muitas vezes em questões sigilosas e que não têm expressão pública. Agradece directamente à organização por todo o trabalho em prol das crianças e jovens.

Seguidamente, e relativo à questão já debatida dos suínos, considerou que este era um assunto pouco digno para ser debatido nesta assembleia, por se tratar de assunto técnico para o qual a Câmara possui meios de tratar sem expor os munícipes nem a vereação do executivo anterior e actual a este tipo de comentários, uma vez que afirma existem no actual mandato muitos compromissos assumidos sem a respetiva requisição ou contrato e facturação, especialmente na área da Cultura. Pediu ainda um cuidado na linguagem e no trato sobre este projecto, uma vez que este projecto ainda hoje resulta numa fonte de sustento importante para famílias com extremas necessidades.

Finalmente, felicita e agradece todas as iniciativas todas que vêm sendo levadas a cabo, em especial a do Corpo de Deus que este ano contou com a presença de outas localidades representadas, lamentando a falta da presença



Assembleia Municipal de Caminha

da comunidade de Pontaul Combaut neste Corpo de Deus, como o foi no passado.

O **Senhor Deputado Manuel Amial** saudou os presentes e iniciou a sua intervenção:

“Senhor Presidente, permita-me começar com três apontamentos prévios dado tratar-se da minha primeira intervenção nesta Assembleia no presente mandato:

. Votos de bom mandato desejando a todos os autarcas do nosso concelho um mandato profícuo para bem da população que representamos e servimos.

. Uma palavra de reconhecimento e gratidão a todos os membros dos órgãos autárquicos que exerceram os cargos anteriormente, pelo esforço, pela paixão e pelo mérito com que desempenharam os seus cargos e serviram o nosso Concelho.

. E o meu reiterar de intenção de prática política e de responsabilidade pela palavra dada! Tenho vindo a assistir a um ataque aos direitos adquiridos, de forma especial nos salários e nas pensões, declarados como intocáveis e assumidos legalmente como impenhoráveis, e ao arrepio da palavra dada, afectando naturalmente muitos concidadãos do nosso Concelho com os quais estou solidário

Caberá a nós, enquanto autarcas, assumir uma prática de cumprimento da palavra dada, servindo (sem servir-se!) a comunidade, dando exemplo de sobriedade, de dedicação e de responsabilidade.

Eu estarei sempre neste caminho e neste lado da barricada!

Como combatente da guerra do ultramar nunca terei medo de pegar na minha “arma” democrática, que é a minha voz, a minha convicção, os meus valores e a minha prática, para lutar, denunciar e me indignar contra as práticas que a meu ver não sirvam os interesses dos meus concidadãos.

Por isso, queria aqui dizer-vos, solenemente e sem qualquer partidarite, que me baterei sempre pelos compromissos assumidos, pela defesa dos interesses



Assembleia Municipal de Caminha

de Caminha e dos caminhenses, fazendo propostas, colaborando e elogiando e/ou criticando construtivamente as atitudes e os desempenhos.

Posto isto, permita-me emitir um elogio e colocar duas questões atendendo ao pouco tempo disponível, desde já agradecendo a benevolência da Mesa:

Uma nota de elogio relacionada com a visibilidade dada às Assembleias Municipais e Reuniões descentralizadas da Câmara Municipal - Queria aqui deixar nota do meu agrado pela decisão de dar ampla divulgação às Assembleias Municipais, com a sua transmissão em direto e de se realizarem reuniões periódicas descentralizadas da Câmara Municipal nas diversas freguesias, aproximando assim a comunidade caminhense dos seus eleitos. Parabéns!

E agora duas questões:

1. Cine Teatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora e Escola de Vilarinho - Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se já tem alguma ideia para recuperar estes dois edifícios recolocando-os ao serviço da população e terminando assim com uma imagem degradada pouco ou nada dignificante para Vila Praia de Âncora, em particular e para o Concelho de Caminha, em geral;
2. Promoção do emprego no concelho de Caminha - Sendo esta uma promessa feita pelo Senhor Presidente da Câmara (e bem-feita quanto a mim!) gostaria de saber se já tem alguns indicadores evolutivos sobre esta matéria, que naturalmente preocupa a população."

O **Senhor Deputado Manuel Falcão** saudou os presentes e felicitou a internacionalização do evento Caminha Doce a La Guardia, qualificador para a economia do nosso concelho e para as relações entre os dois países.

Relativamente à questão levantada sobre a dívida entre La Guardia e Caminha, descansando o Deputado Rui Taxa quanto à eventual prescrição dessa dívida, uma vez que a citação interrompe a prescrição. Relativamente à questão levantada pelo mesmo deputado sobre o Festival de Vilar de Mouros, o Senhor



Assembleia Municipal de Caminha

Deputado Manuel Falcão relembra que o Festival de Vilar de Mouros foi na realidade destruído pelo anterior executivo do PSD e não pelo actual, uma vez que a última edição foi levada a cabo em 2006; relembra ainda que em campanha, só quando o então candidato Miguel Alves se refere ao Festival é que o outro grupo candidato pega também nessa questão.

Ainda sobre a intervenção anterior do Senhor Deputado Rui Taxa, considera que não pode ser necessário apenas um boato para estar presente numa Assembleia Geral para lançar uma suspeição com a gravidade da que lançou, lembrando que o concurso foi ainda aberto durante o anterior executivo e não no actual.

Ainda, no que ao assunto dos suínos diz respeito, refere que dadas as duas versões apresentadas em Assembleia sobre a distribuição de suínos extracontratual, alguma das versões tem de ser uma mentira.

A Senhora Deputada Lilita Gonçalves saudou os presentes e iniciou a sua intervenção:

“A nova fase da reorganização da rede escolar, estipulou o encerramento de mais 311 escolas, entre elas, a Extinção da Escola Básica E.B.J.I do Medo Riba de Âncora e do Jardim de Infância do Socorro em Venade.

A verdade é que esta é uma reorganização levada a cabo agora pelo PSD, mas no passado já o Concelho de Caminha sofreu deste tipo de políticas com governos do PS, que foram muito gravosas, ditando o encerramento das escolas Cristelo, Azevedo, Coura Seixas, Argela, Vile e Arga de Baixo, só não fecharam Dem e Vilar de Mouros, porque o município se antecipou, criou e investiu nos centros escolares.

A verdade é que independentemente da cor política, existem Municípios que estão a lutar contra o encerramento das suas escolas. É com tristeza que constatamos que o mesmo não se passe no Concelho de Caminha, que não se lute pelas escolas de Riba de Âncora e Venade.



Assembleia Municipal de Caminha

Não compreendemos como é que o executivo PS, ao invés de discutir com as Juntas de Freguesia e as suas populações, medidas de contestação concertadas no diálogo, sem dialogar com ninguém, tenha feito uma contraproposta: as crianças de Riba de Âncora ao invés de irem para Dem irem para Vila Praia de Âncora e o jardim de Venade integrar a EB, em vez de Moledo. Que passos deram em todo este processo?

Quantas vezes reuniram com a estrutura agrupamento?

Existiu alguma sugestão no sentido de levar as crianças de Vila Praia de Âncora para Riba de Âncora?

Quantas vezes reuniram com os pais?

Estamos no final do ano lectivo, até ao presente da parte da autarquia não existiu nenhum contacto com os pais e encarregados de educação, não sabendo até ao momento com o que podem contar por parte da Autarquia.

Quais as contrapartidas para estas crianças?

É sabido e decorre da lei, que em caso de encerramento da escola, a Autarquia tem de assegurar o transporte e alimentação. No caso do 1º ciclo, quando é que os pais vão ser informados?

A escola de Riba de Âncora, não é só frequentada por meninos de Riba de Âncora, também tem alunos de Vile, Freixieiro de Soutelo e Vila Praia de Âncora, aos quais a Junta de Freguesia assegurava o transporte.

Partindo do pressuposto que esta é uma decisão irreversível, como vai ficar a situação destas crianças?

O que estão a pensar fazer em relação às crianças da Freguesia de Vila? Já reuniram com o Sr. Presidente de Junta?

O Sr. Presidente fez com a decisão do encerramento das escolas, o que já é habitual ao seu estilo: quando interessa e é positivo foram os senhores, mesmo que a obra seja do PSD, quando não interessa e é negativo, ou foi o executivo anterior ou foi lei do governo do PSD.

Usa de demagogia política ao seu belo prazer, numa estratégia de comunicação sem estratégia para o Município de Caminha, não fosse o



Assembleia Municipal de Caminha

assunto tão grave: o encerramento de escolas diria que pareceria tratar-se das típicas queixinhas dos alunos.”

O **Senhor Deputado Severino de Sousa** saudou os presentes e colocou duas questões. Primeiro questionou sobre se as fábricas fechadas vão abrir e dar emprego às pessoas, tendo esta sido uma promessa eleitoral durante a campanha. A segunda questão prende-se com a instalação que está feita na Passadeira junto ao Hotel em Caminha, sem projector de iluminação.

A **Senhora Deputada Sónia Lajoso** saudou os presentes e deixou o pedido de que nas redes sociais sejam pensados os comentários que se fazem sobre as Freguesias do Concelho que vem a ser denegrida por disputas partidárias; ainda sobre a utilização das redes sociais, solicitou que toda e qualquer queixa à Mesa da Assembleia seja devidamente dirigida aos intervenientes e não seja feita nas redes sociais.

Deixou o pedido para que sejam dirigidos à mesa todos os clamores e protestos que foram levantados, especialmente os da intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa.

Deixou ainda um agradecimento especial às crianças que estiveram presentes nas Celebrações do Dia da Criança, referindo que as crianças tiveram um comportamento exemplar, melhor que o de muitos deputados desta Assembleia.

O **Senhor Presidente**, respondendo à intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa acerca das falhas na transmissão pela Internet das intervenções dos Deputados do PSD, referiu que não tem tal conhecimento, até porque está presente na mesa e não o pode controlar, deixando no entanto a informação que é muito pouco provável que a palavra dos deputados do PSD seja propositadamente cortada nas transmissões, deixando para averiguações.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido**, saudou os presentes e em resposta à intervenção da Senhora Deputada Liliana Gomes sobre a segurança dos utilizadores da Praia de Vila Praia de Âncora, afirmou que dados os problemas que o Inverno produziu, o executivo tem vindo a tentar solucionar todo e cada um deles; a questão da segurança foi tratada, uma vez que em reunião com a presidência da Junta e com a Autoridade Marítima a segurança ficou garantida, quer em questões de sinalização, quer num reforço da polícia marítima que estará presente para a assegurar. No entanto, deixar ainda que apesar de todas as medidas tomadas, os riscos existem sempre e o cuidado dos utilizadores é indispensável.

Relativamente à questão da limpeza de resíduos e ao concurso que está a decorrer, referiu uma cláusula do caderno de encargos foi alterada e corrigida por não se ajustar ao Código dos Contratos Públicos; quanto ao resto, referiu que existe um júri e esse está a seguir todas as regras e procedimentos para a escolha final; actualmente estão a ser ouvidos e analisadas os candidatos e ainda não existe actualmente qualquer escolha decisão tomada. A seu devido tempo se verá qual é o concorrente escolhido e seja qual for, será eleito por um júri independente; refere não fazer a mínima ideia de que pessoas estão por trás das empresas, conhecendo apenas o responsável da empresa que actualmente faz a limpeza das ruas e resíduos.

O **Senhor Presidente da Câmara** saudou os presentes e em resposta à intervenção do Deputado Rui Lages referiu que a proposta será analisada e pensada, uma vez que tal proposta é assertiva para a população jovem e pode inclusive ser um ponto de valorização quer para a actividade nocturna dos estabelecimentos de caminha, quer para a segurança e protecção dos jovens e famílias caminhenses. Agradeceu o contributo da proposta.

Agradeceu ainda o contributo dos Presidentes de Junta de Vila Praia de Âncora, Caminha e Vilarelho por estes representarem o esforço e empenho



Assembleia Municipal de Caminha

dos caminhenses, funcionários e participantes envolvidos nas iniciativas que vem sendo levados a cabo principalmente nas duas vilas do Concelho que se tornam uma mais-valia para o comércio e para a população em geral.

Ainda sobre as intervenções sobre as Comemorações do Dia da Criança, o Presidente da Câmara deixou um elogio à Dra. Patrícia Gomes que preside a CPCJ actualmente e em executivos anteriores igualmente; A Dra. Patrícia Gomes trabalha em equipa e motiva o empenho dos elementos dessa equipa.

Deixou ainda um elogio à Vereadora Ana São João que tem estado permanentemente ao lado das nossas escolas e desta equipa, esforçando-se com o empenho e qualidade de trabalho.

Sobre a matéria das limpezas, considera que as respostas foram já dadas.

Sobre o Festival de Vilar de Mouros, o Presidente lembrou os oito anos em que o Festival sequer se celebrou ou sequer se referiu. Durante a campanha, o assunto Festival de Vilar de Mouros foi novamente recuperado e ainda durante a Primavera de 2013 este Festival foi desvalorizado pelo anterior executivo até se tornar também um elemento de campanha. Surge então uma solução para o Festival a poucas semanas das eleições, que passava pela atribuição da organização do evento a uma IPSS dedicada a crianças e jovens autistas; apesar de ter alertado para a prontidão com que se estavam a organizar e a tratar as coisas, a decisão foi tomada pelo anterior executivo.

Após a vitória nas eleições, o actual executivo tinha de optar por uma decisão, ou continuava com o projecto como estava ou o alterava; após o diálogo com várias entidades, concluiu-se que era necessário dar um voto de confiança à instituição AMA que organizava e apresentava já trabalho.

No entanto, algumas modificações eram necessárias e essas modificações foram tomadas, no entanto o esforço foi feito para que o Festival de Vilar de Mouros seja uma realidade. Assim, junto da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, os executivos foram trabalhando com a AMA para que este Festival seja uma realidade e um sucesso neste e nos próximos quatro Festivais que se organizam, anunciando breves novidades que a muitos surpreenderão.



Assembleia Municipal de Caminha

Sobre a questão do Ferry, o presidente clarificou que se alguém tem responsabilidade pessoal e política na questão da dívida com La Guardia, não é este executivo, mas sim o executivo anterior do PSD. A questão que se discute não é se a dívida é válida ou não, mas sim que uma vez que é válida e não foi requerido nada em seis anos, agora prescreveu. Caminha não perdoou dívida alguma a La Guardia; existe um processo judicial e o processo está suspenso, uma vez que será tentada uma solução em diálogo com La Guardia. O processo está suspenso até se definir qual é o montante da dívida que La Guardia aceita pagar em acordo, depois de tal ser claro, encontraremos a forma de pagamento para garantir o resto da dívida coberta. Caminha precisa de receita e a parte que La Guardia quiser pagar vai ser aceite, a restante será então levada a julgamento, pois Caminha não pode esperar. Se em tribunal se provar que a dívida realmente prescreveu, será necessário encontrar responsáveis pessoais e políticos à questão, pois havia um governo que não pagava a dívida e um governo que não a queria receber.

Ainda hoje, La Guardia cobriu o pagamento da dívida de bilheteira do terceiro e quarto trimestre de 2013, em 50000 Euros, que são precisos em Caminha e que não seriam uma realidade se não nos encontrássemos em fase de resolução.

Finalmente, declarou que não anunciou a morte do Ferry Boat, mas sim que nos temos que mobilizar para que o Ferry Boat seja uma realidade. Actualmente existem 3 problemas com o Ferry: primeiro a questão da qualificação da embarcação que se encontra resolvido pelo excelente desempenho dos funcionários da Câmara; segundo, o problema do banco de areia que não permite a deslocação do Ferry, que carece de inúmeras autorizações de várias entidades, foi igualmente resolvido uma vez que todas as autorizações já foram conseguidas e os trabalhos de remoção de areias poderão começar já na semana seguinte; terceiro problema, o da navegabilidade do canal assegurada, tem de ser resolvido pelos dois países e



Assembleia Municipal de Caminha

é um problema que está a ser trabalhado e resolvido como comprovam os esforços e trabalhos que vêm a ser realizados.

Sobre a questão do emprego respondeu que a estratégia para mobilizar a economia passa pela criação de animação, turismo de alargar a nossa actividade; a médio prazo torna-se necessário qualificar outras áreas, o espaço público, criação de novas zonas de usufruto e de valorizar o nome de Caminha lá fora. Que torne o espaço atractivo para novos focos de comércio e emprego; a longo prazo, a qualificação e educação e o encontrar os espaços indicados para serem ocupados por indústrias não poluentes, com acessibilidade e com preparação para extrapolar a sua produção. Actualmente é notório já o clima de confiança por parte de empresários locais que não existia já há muito tempo, resultante da primeira fase desta intervenção. Tem aberto estabelecimentos comerciais relacionados com a actividade turística, oportunidades de negócio e expansão. No mês de Maio, regressamos aos valores de desemprego de Junho de 2013, isto é há um constante crescimento do desemprego foi estancado e pela primeira vez em muito tempo, baixamos em Maio dos 1000 desempregados, regressando aos valores do início de 2012; existem actualmente 907 desempregados, contrariamente aos 1040-1060 que se verificavam nos últimos meses. No entanto, esses 907 desempregados são merecedores ainda de esforço e empenho nesta questão.

Sobre a questão do Cineteatro de Vila Praia de Âncora, o Presidente da Câmara referiu que este executivo tem como objectivo poder celebrar os 100 anos da Associação Humanitária de Bombeiros no Cineteatro de Vila Praia de Âncora, depois de tantos anos com este espaço degradado e com projectos para ele que nunca foram levados a cabo. Acrescentou ainda que o antigo executivo indicou aos Bombeiros que procedessem a elaborar projectos para o espaço, uma vez que estes seriam apoiados e comparticipados. Ainda hoje tive o conhecimento de que as contas dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora foram penhoradas pelos arquitectos a quem foram pedidos os projectos, sem que estes tivessem sido pagos. Este é o verdadeiro drama, que só poderá ser



Assembleia Municipal de Caminha

resolvido em conjunto, pela Câmara, os Bombeiros e a população. Já na próxima segunda será dada uma Nota Pública apresentando a solução que a Câmara Municipal propõe para solucionar a difícil situação em que os Bombeiros de Vila Praia de Âncora foram colocados. É urgente garantir que no início do mês os Bombeiros tenham a capacidade de pagar salários, que actualmente não possuem.

A **Senhora Deputada Júlia Paula** respondeu à intervenção anterior, em defesa da honra e disse que pretendia desmentir algumas coisas ditas, apesar de não estar a tencionar chamar de mentiroso o Presidente de Câmara. Antes, gostaria apenas de fazer uma breve referência à intervenção da Senhora Deputada Sónia Lajoso, que a vê muito positiva e construtiva, até porque ela própria personifica os problemas que a exposição nas redes sociais pode trazer, compreendendo a opinião da Deputada, e pensa que poderia ter apenas acrescentado que essa recomendação deveria ser dirigida igualmente a quem tem responsabilidades políticas neste momento no exercício da Câmara Municipal, tem cargos de confiança política e sem um pedido de desculpas público se dedicou a tecer comentários de forma pública sobre o Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, que para além de serem injustos são absolutamente lamentáveis por parte de quem exerce um cargo público.

No que diz respeito ao Festival de Vilar de Mouros, gostaria de referir aos que afirmaram “morte” do Festival de Vilar de Mouros tinha sido da responsabilidade do executivo do Partido Social Democrata que esteve à frente da Câmara Municipal de Caminha, que se estarão a esquecer que pelo menos durante 7 ou 8 anos o Festival de Vilar de Mouros, na gestão do Partido Socialista à frente da Câmara de Caminha, esteve interrompido durante muito tempo. Quando ressurgiu, por volta do ano 2000 não foi um sucesso e é nesse ponto que o Deputado Rui Taxa queria certamente assentar a sua posição, é que não fazer o Festival de Vilar de Mouros, por vezes, pode ser mais benéfico para preservar a sua marca e imagem do que o fazer sem qualidade.



Assembleia Municipal de Caminha

Influenciado pela presença neste teatro, a género de actor, o Sr. Presidente Miguel Alves construi o cenário de que nós viemos à pressa apresentar o Vilar de Mouros, porque o candidato Miguel Alves tocou no Festival de Vilar de Mouros, no entanto não consegue entender o que se prova com facilidade pelas reuniões havidas, contactos que inicialmente até foram feitos com a Presidente da Junta de Vilar de Mouros então em funções, que este primeiro contacto com esta instituição aconteceu muito antes do que quer que seja e teima em politizar uma questão que utilizou em campanha e bem!

Assim, se depois de ganhas as eleições acabou por optar pelo projecto anterior, nosso, e não pelo que o Senhor Presidente prometeu em campanha e que o eleitorado voto, essa opção política é legítima e o senhor hoje assumiu-o, apesar de não o assumir. O que não é de todo legítimo é que não se tenha em conta que o anterior executivo assumiu o prejuízo de 40000 Euros da ruína da anterior organização e pagamos esse valor para resgatar a marca que abusivamente foi utilizada por uma empresa, que registou uma marca que não lhe pertencia e para a qual não tinha legitimidade, sem o conhecimento da presidência da Junta da altura. É disso que falamos quando tocamos no tema de fazer o Festival de Vilar de Mouros com empresas que não denotam qualquer rigor ou qualidade. Esperaremos pelo Festival e deixaremos os Caminhenses avaliá-lo, mas foi bom perceber hoje nesta assembleia que é o nosso antigo projecto ou um projecto muito parecido com o nosso que o Senhor Presidente escolher para levar a cabo este Festival.

Finalmente e relativamente aos Bombeiros, o Senhor Presidente esqueceu-se dizer duas a três coisas importantes; primeiro a Associação dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, tem uma direcção que é legítima para tomar decisões; decidiu a direcção dos Bombeiros (anteriores direcções), que queriam fazer obra no Cine Teatro dos Bombeiros, então a Câmara disse sempre que a prioridade do executivo era fazer obra neste Teatro que era Municipal (compramos, resgatamos e requalificamos) e devolvemo-lo à população; mas nunca o desmentimos Senhor Presidente, dissemos sempre



Assembleia Municipal de Caminha

que a nossa prioridade é esta, mas os senhores desenvolvam o que entenderem nós vamos apoiá-los no âmbito da candidatura, é provável que esse projeto venha a ser apoiado pelos fundos comunitários; avancem. Eles avançaram porque tem legitimidade para o efeito, fizeram-no e naturalmente o que aconteceu foi que no âmbito da candidatura avançou, mas nunca foi faturada à Associação dos Bombeiros, esses serviços que o Senhor referiu que eu saiba ninguém o pode pagar, porque não está faturado; aliás, o Senhor não paga os porcos por causa disso, não há fatura, não há contrato, é por causa disso que não os paga; mas queria que nós pagássemos uma fatura que não existia, logo nós não a pagamos.

O Senhor Presidente esqueceu-se de dizer que se comprometeu com a direcção dos Bombeiros que recebia os advogados desses arquitetos e que falaria com eles, no sentido de chegarem a um acordo, e no dia que eles se dirigiram à Câmara, o Senhor não os recebeu, e eles desconfiados com essa atitude, no dia seguinte meteram uma injunção; portanto Senhor Presidente se se quer desculpar, não se desculpe, o Senhor prometeu que fazia as obras do Cine Teatro e agora tem que fazer aquilo que eu fiz no passado, que é para o bem e para o mal, resolver os problemas que nos deixaram, não é bonito vir aqui e não dizer os fatos todos.

O **Senhor Presidente da Câmara** em resposta a Senhora Deputada Júlia Costa lembrou-a da recente intervenção que fez sobre o excesso de linguagem utilizada em determinadas matérias. O que a Deputada aqui acabou de fazer é um exercício novo de “sacudir a água do capote”; se a questão dos suínos agora já não era com a Câmara mas com os presidentes de Junta de Freguesia, esta questão dos Bombeiros agora é com a Associação Humanitária dos Bombeiros e com a sua Direcção. Sobre a questão dos Bombeiros, o Presidente afirmou que teve o cuidado de reunir com a Associação Humanitária, com a sua Direcção e de ouvir os seus problemas, que não passam de estarem numa situação de absoluta ruptura e de possuírem aquela



Assembleia Municipal de Caminha

dívida para pagarem. Dívida essa que, lhe foi transmitido pela Direcção dos Bombeiros, tinha sido assumida, verbalmente é certo, pelo anterior executivo. Sem querer desconfiar das palavras que lhe eram expostas, referiu que precisava que os responsáveis à data viessem ao seu gabinete dizerem-lhe e ao seu Vice-Presidente “olhos no olhos” se era verdade que o anterior executivo lhes tinha garantido informalmente que pagava uma factura do projecto para a recuperação do projecto para o Cine-Teatro dos Bombeiros. As pessoas vieram, e as pessoas são insuspeitas de apoiar este executivo e disseram-me: Presidente, o anterior executivo garantiu-nos que pagava essa factura. A factura não foi paga e a factura está hoje quase nos 40000 €. Não é verdade que não tenha recebido os arquitectos no meu gabinete, recebeu-os e teve oportunidade de lhes dizer, enquanto lhe contavam que anteriormente não tinha tido a mínima sensibilidade da anterior Presidente de Câmara, que não os ouvia e não os recebia, o Presidente referiu que o único que lhe importava era como resolver o problema da dívida e pediu-lhes tempo. Durante esse tempo não foi possível encontrar a quantia suficiente para pagar aos arquitectos, pelo que foram surpreendidos pela injunção. E vamos ter solução para essa injunção. Esta é a verdade dos factos e é assim que as coisas devem ser feitas.

Por outro lado, sobre Vilar de Mouros, referiu que agora todos podemos dizer o que quisermos e disfrutar do fim-de-semana do Festival de Vilar de Mouros. No entanto é preciso afirmá-lo com toda a frontalidade, a Senhora Deputada Júlia Paula Costa, enquanto Presidente da Câmara nunca gostou do Festival de Vilar de Mouros e vem agora dizer que houve um problema relacionada com a marca, que exigiu inclusive o pagamento de 40000 € para recuperar a marca. O Sr. Presidente então questiona, se pagou 40000€ dos nossos impostos para recuperar a marca, porque é que quando o actual executivo chegou à Câmara a marca era de um particular? A marca não era do Município e só graças ao esforço de diálogo do Município e da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, se recuperou essa marca para que fosse feito um acordo sério e legal com as



Assembleia Municipal de Caminha

Instituições que hoje organizam o Festival de Vilar de Mouros. É por isso que se torna preciso realmente falar de linguagem e de seriedade e de resolver problemas, pois a Senhora Deputada referiu que o Sr. Presidente deveria fazer aquilo que a Senhora Deputada fez enquanto Presidente da Câmara, resolver problemas! O Sr. Presidente afirmou então que resolverá problemas, que vai resolver mais do que os que a Sra. Deputada resolveu, porque esta lhe deixou mais problemas do que os que lhe foram legados a ela. Fará por resolver esses problemas e por honrar os seus compromissos e honrará os compromissos sobre Vilar de Mouros como todos os outros compromissos que se tem esforçado por honrar. O Presidente referiu ainda que A senhora Deputada não tem credibilidade para levantar certas questões, já que ela se esqueceu rapidamente que quando prometeu a ponte para o outro lado, a elevação de Caminha a cidade e um polo universitário para o nosso Concelho no primeiro mandato, se esqueceu rapidamente dessas promessas.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, pedindo a palavra ao Presidente da Mesa, questionou a Senhora Deputada Júlia Paula se era ou não verdade que o executivo anterior se prontificou a pagar o projecto da Associação Humanitária dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora.

A **Senhora Deputada Júlia Paula** pediu a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia; referiu que ficava muito contente que o Senhor no âmbito, e no exercício da direcção destes trabalhos o ter permitido, porque de fato se não fosse assim o Regimento não permitia responder novamente ao Senhor Presidente da Câmara, e iria ficar aqui uma questão no ar, e deste modo eu o agradeço. Porque ao responder ao Senhor Deputado, permite-me dar resposta ao Senhor Presidente; e disse, eu nunca podia ter prometido a uma Direcção dos Bombeiros pagar uma coisa que não estava faturada, que não estava nas contas da Associação; portanto eu não podia prometer uma coisa que não



Assembleia Municipal de Caminha

existia em dívida, e como perdi as eleições não sou eu que a tenho que pagar, é o Senhor Presidente da Câmara que foi quem ganhou as eleições.

3.º– PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O **Senhor Deputado Rui Taxa** referiu que:

“Na relação de receita entregue aos senhores vereadores, verifica-se que este executivo recebeu de IMI, IMT, e outras receitas, de Janeiro a maio de 2014 cerca de 7 milhões de euros e que só tem, em 17 de Junho de 2014, cerca de 800 mil euros.

Na documentação anexa e entregue a esta assembleia verifica-se na informação financeira que o município tem apenas cerca de 8001 mil euros mas que só tem disponibilidades de cerca de 130 mil euros.

Todos nos lembramos do “show off do queijo”, na última apresentação de contas em que se vitimizavam dizendo que de facto herdaram em depósitos nos bancos 2.398.264€, mas que tiveram de pagar salários no montante de 400 mil euros. Como se durante 12 anos o executivo anterior não tivesse pago “sagradamente” os mesmos salários!

E também, que daquele valor, cerca de 700 mil euros não eram do município, eram valores de operações de tesouraria à guarda do município. Até parece que durante doze anos de gestão do PSD esse valor não foi garantido e preservado!

Foi precisamente com a gestão do PSD no executivo que este valor foi preservado num depósito a prazo de cerca de um milhão e duzentos mil euros, portanto 500 mil euros acima do valor de 700 mil euros!

Para que não restem dúvidas, é o vosso relatório de auditoria que o diz na pág. 13, V.Exas., herdaram de saldos em bancos em 31.10.2013 – 2.398.264 euros;



Assembleia Municipal de Caminha

- No saldo apresentado nas contas em 31.12.2013 apresentavam um saldo de – 1.596.807,44€
- A 31.01.2014 apresentavam um saldo de 1.283.375,46 €
- A 28.02.2014 apresentavam um saldo de 811.927,66€
- A 31.03.2014 apresentavam um saldo de 764.936,11€
- A 30.04.2014 apresentavam um saldo de 551.550,61 €

Grave Sr. Presidente! Entre o mês de Março e de Abril além de gerirem a Câmara com dinheiro que pertence aos munícipes, não garantiram a tal verba de 700 mil euros à vossa guarda!

- A 31.05.2014, mesmo tendo recebido cerca de 2 milhões de euros de IMI, V. Exas., apresentavam um saldo de 997.153,28€
- A 18.06.2014 V. Exas apresentavam um saldo de 822.940,66 que abatido a cerca de 700 mil euros de operações de tesouraria vos deixa uma disponibilidade financeira de 130.000 euros!

Antecipamos com facilidade a sua argumentação de “coitadinho” a culpa é do passado, temos de pagar as dívidas que nos deixaram!

Não vale a pena ir por aí Sr. Presidente porque a paciência não nos falta! Podemos demonstrar facilmente de que pagamentos se tratam e para quê. É só o tempo de tratar exaustivamente os documentos que levaram de Fevereiro até Junho a ser entregues, que de certa forma já podemos antecipar, por exemplo, com os encargos com as Águas do Noroeste que chegam a ter facturações mensais superiores a 100 mil euros, que deveria merecer a sua atenção, mas que o compromete com a sua promessa de campanha eleitoral de que iria baixar as tarifas da água e de saneamento!

O que refuta de imediato e facilmente a sua teoria da falência, facilmente demonstrável, é que:

- Durante 12 anos o executivo do PSD, fez obra que está à vista de todos, recorrendo e fazendo um bom uso dos Fundos Comunitários, e fazendo corresponder o endividamento de médio longo prazo a esses investimentos;



Assembleia Municipal de Caminha

- Durante 12 anos o executivo do PSD, pagou salários, apoiou todas as nossas associações, todas as iniciativas que nos fora solicitadas, pagou todos os mesmos compromissos, limpeza urbana, transferências para as Juntas de Freguesia, limpeza de praias, encargos com as piscinas municipais, encargos do ferry, que nunca parou de funcionar, salários, até a decisão do Tribunal de Contas de pagar a reposição dos subsídios de férias e de Natal, no montante de 500 mil euros, que não estava orçamentada, e que no dizer do Sr. Presidente na apresentação de contas na influência negativa no saldo de conta de gerência, não servia de desculpa, mas que agora exactamente a mesma situação, na reposição do corte dos salários no montante de 180 mil euros corresponde a um grande esforço!

E mesmo assim, pagando os mesmos encargos, manteve o executivo do PSD durante estes 12 anos uma disponibilidade financeira média em bancos no montante de cerca de 2 milhões de euros!

- A vossa gestão em 8 meses reduziu drasticamente as disponibilidades financeiras de 2 milhões, para cerca de 900 mil euros que abatidos das dotações não orçamentais, diga-se operações de tesouraria, vos deixa com uma liquidez de cerca de 200 mil euros, para ser benevolente! Esta é que é a verdade pura e crua!

A sua decisão de baixar o IMI e prescindir de receita (cerca de 600 mil euros) ou é inconsciência ou demagogia pura com graves consequências para a saúde financeira do Município!

Quando há uns meses dizíamos que no momento em que iniciaram a vossa gestão já estavam a gerar dívida de curto prazo, era a isto que nos referíamos, com uma grande diferença, é que a dívida de curto prazo da gestão do PSD tinha menos de 90 dias, e disponibilidades de 2 milhões de euros, cumprindo o determinado na Lei dos Compromissos. Fomos o 4º município melhor pagador do distrito!

Em 12 anos aumentamos o nosso património em cerca de 60 milhões de euros!



Assembleia Municipal de Caminha

As faturas davam entrada e não pedíamos aos fornecedores que não as mandassem já, para ganhar tempo...

Se V.Exas. Estiverem a cumprir a Lei dos Compromissos e a pagar a 90 dias, como determina a Lei, em Fevereiro estariam já a pagar a facturação de Novembro. Portanto já facturação da vossa gestão!

Não nos admirava nada que V.Exa., tenha de recorrer ao fundo de estabilização que está a ser negociado com o governo, e que se fundamente na estratégia de comunicação da herança do passado e do “coitadinho”, mas lembramos que durante pelo menos 10 anos nunca recorremos a empréstimos de curto prazo, e recorremos ao PAEL única e exclusivamente para pagar as faturas da água, exactamente os encargos que sempre soubemos que desequilibravam o orçamento camarário, cuja receita é imprescindível, mas que V. Exa., ainda não prometeu baixar.

Sente-se que não há controlo financeiro! Anularam a “almofada financeira” que vos foi deixada! Já não têm nenhum depósito a prazo!

Queixam-se que herdaram uma situação desastrosa mas prescindem de receita e continuam a gastar como se não houvesse amanhã. A gastar de forma desarticulada com estratégia, sem um projecto que verdadeiramente promova Caminha!

Aconselho-o seriamente a cobrar do Município de La Guardia os cerca de 2 milhões de euros que devem ao Município de Caminha!”

A **Senhora Deputada Júlia Paula** disse que de fato é interessante perceber esta teatralização comum à criação de um ambiente cénico. O Senhor Presidente imbuído desse espírito construiu um cenário de ruína. Não há dinheiro mas baixou e prescindiu de receita. Por exemplo numa reunião de vereação a 5 de Fevereiro respondeu que não pagava 20.000 euros ao patronato porque não tinha dinheiro! Mas o saldo de disponibilidades a 31.01.2014 era de 1.283.375, 46, portanto tinha dinheiro sim!



A

[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

Deixou acumular pagamentos: á Suma, das piscinas, às águas, nalguns casos cerca de 5 meses, só para construir e dar corpo ao cenário de que não havia dinheiro... e se calhar conseguir alguns acordos...

Para além dos dois milhões que vos deixaram em depósitos bancários, em Maio receberam mais dois milhões de euros, mas agora é que não têm dinheiro e muito menos a prazo! Este é que é o cenário!

Se não têm dinheiro porque não exigem que La Guardia cumpra com os diversos planos de pagamento que já acordou e pague o que deve ao Município de Caminha?

Porque são tão compreensivos com a má situação financeira de La Guardia que de dia para dia reduz a dívida nas diversas entrevistas que dá.

Se não tinham dinheiro, para quê o programa da TVI que dizem as más-línguas (espero que não seja verdade) custou 50.000 euros?

Para quê o espectáculo da Sónia Araújo que custou 8.000?

Para quê a tenda do 25 de Abril que custou 5.000? Este teatro não servia? Não tinha dignidade? Não serviu para a tomada de posse dos órgãos autárquicos?

Decerto estava manchada a dignidade democrática por quem fez dessa sessão o comício do partido vencedor, por quem apupou e vaiou autarcas democraticamente eleitos e mais que tudo, autarcas que devolveram este teatro completamente requalificado e disponível, à população de Caminha.

O que está errado não é a legitimidade para gastar, é dizer às nossas associações e instituições que não tem dinheiro e depois gastar em coisas que do nosso ponto de vista não são tão prioritárias.

E não vale a pena falar nas viagens ao Brasil, porque não sei se se está a referir às mesmas em que a Camara Municipal de Lisboa participou, numa época, por sinal em que era assessor do Sr. Presidente e portanto pode ter-se equivocado! E também não vale a pena falar e escudar-se constantemente para não fazer, quando não lhe interessa, no endividamento e na situação financeira que herdaram, porque a Camara Municipal de Lisboa é a camara mais endividada do país, o seu presidente é o seu mentor, e o endividamento



Assembleia Municipal de Caminha

da camara de Lisboa, esse mau exemplo, não impediu que o senhor desse o seu apoio público, como presidente de Camara, ao Dr. António Costa candidato à liderança do seu partido.

O Senhor deixou-se amarrar ao passado! Escolheu como estratégia política denegrir e fazer do passado o seu “bode expiatório”. Acontece que o passado já foi a votos e perdeu, e não serve de desculpa para sempre.

Quem votou Miguel Alves votou no presente com os olhos no futuro. No futuro que o senhor disse que ia ser diferente.

- Quem tem os seus negócios e comércios abertos e tira deles o seu ganha-pão, não está a avaliar a nossa gestão, a do passado, está a avaliar a sua! Está à espera que o senhor apresente e desenvolva e aplique o tal Plano Estratégico que iria tirar Caminha do marasmo, que iria catapultar Caminha para o desenvolvimento económico, a riqueza, a criação de emprego, etc.

É disto que todos estamos à espera! Da sua política cultural, económica, social, desportiva ambiental!

Podemos não entender muito bem que sem diálogo se encurte a Feira Medieval em benefício do festival de Vilar de Mouros de 71 que afinal não vai acontecer...

Podemos não entender muito bem que os eventos como a Caminha Doce, Vila Praia em Flor, Feira da Sardinha, o Triatlo, a Feira Medieval o Art-Beer -Fest e os eventos na sua generalidade não tenham a devida divulgação e informação, eventualmente porque têm a nossa marca e porque fomos os seus criadores, mas o que de todo não entendemos é :

-O que é o “Entre margens? E as viagens ao Mar da Noruega? Onde está a promoção e potenciação do desporto Outdoor?

- O que foi a Caminha doce em La Guardia? Quem lá esteve em representação deste executivo?

- Onde está o plano e a estratégia cultural para o Teatro Valadares que pela sua situação geográfico em pleno centro histórico, pode e deve ser potenciado



Assembleia Municipal de Caminha

para principalmente no inverno. Um programa cultural que o dignifique e não um político que lhe tire a dignidade!

É disto que todos estamos à espera!

O senhor não herdou só uma boa situação financeira. O Senhor herdou pavilhões municipais, e campos relvados requalificados, piscinas municipais com serviços e instalações de grande qualidade. Não se queixe dos encargos que nós com os mesmos meios já pagávamos há pelo menos 4 anos, cumpra o que prometeu e desenvolva a tal política desportiva para o Concelho! Potencie o desporto e a natação para as nossas escolas, promova provas desportivas de âmbito regional e nacional que tragam gente a Caminha. O Senhor não herdou só uma boa situação financeira, herdou um Centro Histórico completamente requalificado! Ruas iluminadas, arranjadas e limpas, muralhas requalificadas, Torre do Relógio e chafariz requalificados, parques de estacionamento construídos e requalificados, não se queixe dos ónus, dos constrangimentos e das demoras das obras, que dependem dos técnicos, e que o senhor também vai ter, sinalize bem esses parques à entrada de Caminha, potencie políticas de cultura, não eventos isolados, isso era o que o senhor nos apontava como crítica, mas o certo é que com a nossa dinâmica, Caminha e Ponte de Lima marcavam a agenda cultural do Distrito e neste momento corremos o risco de perder esta posição para outros municípios que já perceberam a mais-valia de ter uma estratégia e uma política cultural para dinamizar a economia local. Todos os que foram à Feira Medieval de Viana perceberam este sinal.

Quem prometeu continuidade fomos nós Sr. Presidente, mas perdemos as eleições!

Canalize as suas potencialidades e energias para desenvolver o projeto que prometeu ao Concelho de Caminha e desvincule-se, liberte-se do passado, não só do passado na nossa gestão, esse já foi julgado, liberte-se de quem o rodeia mas não quer e não o deixa construir um presente e um futuro, porque também eles estão “agarrados” ao passado!



Assembleia Municipal de Caminha

A escolha é sua! A discussão de quem fez o quê no passado, só alimenta a polémica e o ruído da opinião pública, os sites, as redes sociais. Correu-vos bem na campanha, mas não responde nem resolve os reais problemas das pessoas e são as pessoas que votam, que fazem escolhas e como sabe no Concelho de Caminha a escolha no seu projeto venceu por cerca de 300 votos que em democracia são a diferença para ganhar, mas que por tão escassa nos exige a nós uma oposição responsável, mas a si senhor presidente o cumprimento das suas promessas e do seu projeto eleitoral, porque foi nele que as pessoas votaram!

O senhor já não está em campanha eleitoral, não foi eleito para “ajustes de contas”, nem para representar o eleitorado do PS agora também fraturado, foi eleito para defender o progresso do Concelho de Caminha e de todos os caminhenses.

Finalmente aproveito para agradecer ao Sr. Presidente o elogio feito ao governo do PSD pela diminuição do desemprego no Concelho de Caminha. Não há-de querer o senhor ter a pretensão de quer fazer entender que foi o senhor e as suas políticas que patrocinaram a baixa do desemprego no Concelho!

O **Senhor Deputado Manuel Amial** disse sobre a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara que esta lhe suscitava as seguintes questões:

. Assinatura do Contrato de financiamento no âmbito da Polis Litoral Norte sobre as “Infraestruturas associadas à utilização da Praia da Gelfa-apoio à praia e ao equipamento desportivo.

Queria-me congratular com a assinatura deste contrato que é importante e vital para aquela zona que está muito degradada face, nomeadamente, ao último avanço do mar.

Sei que a assinatura destes contratos tem por detrás muito trabalho e muito empenhamento e, por isso, queria felicitar a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Âncora por o terem conseguido.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à Mata da Gelfa é bem notória a sua degradação, com uma grande invasão de espécies infestantes, com a destruição do seu parque de merendas e que levou ao encerramento do seu acesso.

Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara ou então ao Senhor Vereador Guilherme Lagido, um expert nesta área, se esta intervenção também vai actuar no cerne da Mata da Gelfa e, em caso negativo, o que está a ser planeado para que uma intervenção necessária e abrangente na Mata seja urgentemente feita.

. Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril

As comemorações dos 40 anos do 25 de Abril foram um marco importante no concelho de Caminha.

Com várias iniciativas desde a sessão solene até à exposição dos artistas, dos Jornais de Abril do Museu Nacional de Imprensa e vários momentos culturais.

Considero que tiveram grande dignidade e gostei que tivesse sido dada a palavra aos representantes dos partidos políticos, sem esquecer a vertente cultural com a actuação do Orfeão de Vila Praia de Âncora na sessão solene.

Foi um excelente momento de celebração da Liberdade.

Queria apenas perguntar se foi ou não convidado algum representante dos presos políticos do nosso concelho?

Porque me parece ser um gesto devido de reconhecimento para todos aqueles que lutaram com grande sacrifício e coragem para que a liberdade política fosse novamente implantada no nosso país.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão** disse que gostaria de transmitir ao Presidente da Câmara o que se vai ouvindo, uma vez que lhe chega de forma séria da parte de alguns comerciantes e empresários de Caminha, que em nenhum momento, nos anteriores executivos, a Câmara de Caminha pagou com tanta brevidade os serviços prestados, contrariando algumas das intervenções que vinham sido feitas neste ponto.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que relativamente ao ponto das autocaravanas, esse trata-se de um serviço gratuito para as autocaravanas; dirigem-se ao local, despejam os detritos que possuem no local apropriado para tal e retomam a sua vida normal. Este é um serviço que beneficia Vila Praia de Âncora e que tem incluído inclusive Vila Praia de Âncora no roteiro dos autocaravanistas. É claro, excepto para aqueles não querem ver o óbvio que se registam muito mais autocaravanistas em Vila Praia de Âncora, que tem consumido e feito compras, sendo esta uma boa notícia, ressaltando inclusive que este se trata de um equipamento de alta qualidade que tem qualificado em grande escala Vila Praia de Âncora.

Saudou o Deputado Manuel Amial pelo contributo da sua intervenção e referiu que efectivamente a intervenção na praia da Gelfa é um projecto de importância e que ganhou ainda mais importância perante o sucedido nos últimos dias e que é um projecto que sublima um modo de estar actual, que tem a ver com o facto de ser um projecto Polis. Numa reunião recente sobre a actuação Polis, o presidente pode verificar como cidades como Viana do Castelo ou Esposende apresentavam vários projectos para aprovação, que no nosso caso não foi possível, uma vez que não existia qualquer trabalho de trás nesse sentido, pelo que foi apenas apresentado um projecto e aprovado, precisamente o da Praia da Gelfa, que acabará por qualificar toda a zona envolvente que é aproveitada pela população: o pinhal da Gelfa, o campo de Futebol e a zona envolvente de apoio à praia da Gelfa.

Relativamente aos 40 anos do 25 de Abril também julgo que foi justo na sua análise; sobre os presos políticos, o convite parte da Assembleia Municipal e do seu Presidente, o Presidente não se recorda de ter visto de facto esse convite pelo que poderão ter em conta essa matéria em outro âmbito.

Relativamente à questão financeira, o Presidente afirmou que se poupa a explicar aquilo que já foi por várias vezes explicado e aquilo que é absolutamente notório na gestão municipal e naquilo que é o dia-a-dia das pessoas. Não existem cenários de fantasia, existe a dura realidade! O que



Assembleia Municipal de Caminha

preocupa mais o Presidente é estar a ouvir a argumentação de quem já teve responsabilidades na Câmara e prova não ter qualquer conhecimento do que está a dizer. Por exemplo, aqueles que afirmam que a Câmara Municipal abdicou de receita e neste momento está a gerir com menos receita porque baixou o IMI, então em primeiro lugar está a afirmar que é contra a descida de impostos, em segundo lugar está afirmar algo sem sentido, porque pelo facto de ter sido aprovada a descida do IMI tal só se irá reflectir no orçamento do próximo ano, não faz qualquer parte da receita deste ano.

Relativamente à questão de haver dinheiro para umas coisas então para outras, o Presidente recorda que é necessário ter claro que os Orçamentos Camarários se fazem tendo em conta previsões de receita e os gastos previsíveis; qualquer pessoa que gere uma entidade sabe que tal é feito por rubricas e que as rubricas se esgotam e que é preciso encontrar soluções dentro daquilo que está previsto e é por isso que em determinados momentos não há capacidade para acorrer a determinado tipo de valores e em muitos momentos deste mandato houve quebra da tesouraria por falta de capacidade para pagar aquilo que são as dívidas que vão sendo assumidas.

Há ainda outro erro que preocupa o Sr. Presidente da Câmara, pois partiu de parte das pessoas que geriram a Câmara durante 12 anos; os compromissos que esta Câmara pagou até ao mês de Junho são todos, com pequenas excepções de pagamentos a pronto, compromissos assumidos pelo anterior executivo. Assim, surpreende a conta que foi apresentada na intervenção anterior de um Deputado sobre os pagamentos a 90 dias, pelo que já estaríamos a pagar as contas do executivo actual. O Sr. Presidente esclareceu que o que acontece é que a Lei dos Compromissos obriga a pagar as facturas no prazo de 90 dias do vencimento dessa factura, por isso é que se até Junho este executivo está a gastar dinheiro, está a fazê-lo porque se limita a honrar os compromissos que o executivo anterior teve para com os cidadão e as empresas e estão por isso a pagar as contas que lhes foram deixadas.



Assembleia Municipal de Caminha

O Presidente afirma que não deixaram de pagar as piscinas, à PPP por vários meses; fica sensibilizado pela preocupação colocada nesses pagamentos, mas a verdade é que assumiu que pagaria com prioridade aos pequenos fornecedores e comerciantes do Concelho de Caminha e não tem qualquer razão para seguir a metodologia do anterior executivo que se prestava a pagar quase a pronto as piscinas, as PPP e os grandes interesses e deixava para trás os pequenos fornecedores do Concelho; o Presidente afirma que mudaram as regras e esses vão ter que esperar, no tempo certo e no cumprimento da Lei os pagamentos serão feitos, mas a prioridade é para os munícipes e para as empresas do Concelho, sem abdicar disso. Não embarca em fantasias, assume a realidade dos números e dos problemas que irão enfrentar.

b) Aprovação da ata da sessão de 29 de abril 2014

O **Senhor Deputado Rui Lages** apontou que na página 65, no primeiro parágrafo e último período, da referida acta se pode ler numa intervenção sua “compactar”, termo que deveria ser alterado para “compactuar”.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 31 votos a favor, 0 votos contra e 4 abstenções.

O **Senhor Deputado Manuel Amial** disse que se tinha abstido, por não ter estado presente na sessão da Assembleia Municipal.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão** disse que se tinha abstido, por não ter estado presente na sessão da Assembleia Municipal.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Vitor Brás** disse que se tinha absterido, por não ter estado presente na sessão da Assembleia Municipal.

O **Senhor Deputado Jorge Alves** disse que se tinha absterido, por não ter estado presente na sessão da Assembleia Municipal.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

c) **Aprovação da Orgânica dos Serviços Municipais de Caminha**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de junho de dois mil e catorze, relativa à “**Aprovação da Orgânica dos Serviços Municipais de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea m) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a “Orgânica dos Serviços Municipais de Caminha”.

O **Senhor Deputado Manuel Amial** referiu que:

“No preâmbulo da proposta refere-se expressamente “as deficiências de funcionamento entretanto detectadas” que justificam a alteração da anterior orgânica.

Pessoalmente acho muito bem que se corrija aquilo que está mal ou não funciona, naturalmente tendo em conta uma melhor operacionalidade, economia de custos e acima de tudo maior eficácia no serviço à comunidade.



Assembleia Municipal de Caminha

Gostaria muito de ajuizar esta proposta mas faltam-me alguns dados cujo esclarecimento solicitava ao Senhor Presidente:

- . Que deficiências de funcionamento foram detectadas que levaram à criação de uma nova orgânica e não apenas a uma alteração da orgânica em vigor?
- . Porque não foi explicitado em mapa comparativo os dois modelos de orgânica?
- . Qual a economia de custos nesta proposta e, a existir, porque é que também essa vertante não foi explicitada?
- . Também é normal referir-se expressamente no diploma que as actuais chefias caducam com a entrada em vigor da nova orgânica, prevenindo assim eventuais litígios não desejáveis. Não vi explicitada essa referência expressa! Será que ela é perfeitamente dispensável?"

O **Senhor Deputado Rui Taxa** disse que esta orgânica é a orgânica do actual executivo, é a escolha do executivo para apresentar o vosso programa político dos próximos anos. Desejando felicidades, apontou que, pessoalmente, se iria abster deste ponto.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu à intervenção do Senhor Deputado Manuel Amial, dizendo que desde o primeiro dia referiram que no que toca às deficiências, não fazia sentido para este executivo fazer uma entrada com avaliação absoluta só a partir de impressões externas ou primeiras impressões pelo que se colocaram a si mesmos, como foi tornado público, pelo menos seis meses para entenderem o funcionamento da Câmara e de como as coisas poderiam ser melhoradas. O que aconteceu foi que foram surpreendidos muitas vezes por situações que entendiam que funcionavam mal precisamente pela própria orgânica da Câmara e perceberam que a entropia não estava na orgânica mas sim em outras razões e outras circunstâncias. Por outro lado, quando acharam que certas coisas funcionavam bem, perceberam que não funcionavam na realidade tão bem por outras razões. As deficiências



Assembleia Municipal de Caminha

têm precisamente a ver com este ponto, existe actualmente na orgânica da Câmara acumulação de funções em pessoas distintas, o que se propõe a fazer e do ponto de vista da orgânica da Câmara que era preciso esclarecer alguns dos poderes intermédios que estavam estabelecidos; existiam Chefes de Divisão que não cumpriam em absoluto com muitas das competências que tinham porque estavam atribuídas a núcleos específicos muito bem demarcados que estavam de forma muito centralizada no meio de um emaranhado relativamente complexo e achou o novo executivo que era preciso verticalizar mais e responsabilizar mais as pessoas. Isso foi feito de forma a passar de forma mais fácil a mensagem de cumprir, naturalmente, uma estratégia definida politicamente. Admite que a sugestão que o Deputado fez do mapa comparativo para melhor esclarecimento dos Senhores Deputados pudesse efectivamente ser feita, no entanto dado à vontade que se sentiu na reunião da Câmara com todos os Vereadores, tal não se elaborou. Foi excluída o Director de Departamento, porque entendemos que depois da Vereação e da gestão política, os Chefes de Divisão podem perfeitamente fazer a sua actuação. Esta é uma orgânica que tenta dar a melhor resposta possível aos desafios da nossa comunidade.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 9 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) Aprovação das Minutas dos Acordos de Execução entre o Município e



Assembleia Municipal de Caminha

as Freguesias (art.º 132 da Lei 75/2013)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de junho de dois mil e catorze, relativa à **“Aprovação das Minutas dos Acordos de Execução entre o Município e as Freguesias (art.º 132 da Lei 75/2013)”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea K) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a celebração dos “Acordos de Execução entre o Município e as Freguesias do Concelho, nos termos das minutas anexas e que ficam a fazer parte integrante desta ata (art.º 132 da Lei 75/2013)”.

O Senhor Deputado Rui Taxa iniciou a sua intervenção:

“Uma das grandes promessas da sua campanha eleitoral, talvez das mais emblemáticas foi que, consigo na Presidência da Câmara Municipal, haveria um novo entendimento com as Juntas de Freguesia!

Como sou médico, houve mesmo um termo que retive de forma particular, cito :trabalharemos com o “ADN” de todos!

Vamos transferir mais meios e mais competências fazendo com as Juntas de Freguesia verdadeiras parcerias!

Prometeu mais diálogo, mais meios mais competências, mais e melhor!

Esteve muito bem Sr. Presidente! Tão bem que até ganhou as eleições! Nestes últimos 8 meses de exercício do seu Executivo, assistimos ao desespero dos senhores Presidentes de Junta, que estão sem protocolos, sem saberem com o que contar e sem um tostão desses protocolos, para gerirem as suas freguesias, para servirem as populações que os elegeram.



Assembleia Municipal de Caminha

De diálogo, nada vimos! Vimo-los de mão estendida...

Claro que é muito mais fácil “aceitar” o que nos oferecem, quando já estamos em desespero...

Primeiro V. Exa. “secou” as freguesias, depois alegadamente dialogou...

Claro que não são as desesperadas percentagens de comparação que nos convencem, porque efectivamente, o senhor dá menos, não dialogou, não transferiu competências senão as que a lei imputa e com menos meios.

Ainda se vem desculpar que estes são os meios e as competências da lei do PSD.

Não se confunda. O senhor tem autonomia e competência para dar o que quiser. Mais e melhor foi o que disse.

Não se confunda na tentação de comparar com o passado, porque o senhor rompeu com o passado, e prometeu mais e melhor!

‘Foi isso que o senhor prometeu! Mas ao contrário, resta-nos a conclusão óbvia de que infelizmente com a vossa gestão para as Juntas de Freguesia é: menos e pior!’

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, o Senhor António Brás saudou todos os presentes e iniciou a sua intervenção:

“Nesta minha intervenção, gostaria de começar por me congratular e com a devida humildade parabenizar o Sr. Presidente da Câmara e restante executivo, por este acordo de execução, que hoje aqui, nesta Assembleia se pretende aprovar.

Não pelo fato, de que o mesmo seja um valor acrescentado para a minha freguesia, mas sim, pela dignidade com que o mesmo me foi apresentado.

Este compromisso, apelidado de “acordo de execução”, pelo que me foi explicado, fundamenta-se num critério que prevê, sem margem para dúvidas, a distribuição igualitária das reduzidas verbas públicas disponíveis.

Ao cabo de quatro anos, consegui perceber (porque me foi explicada) a existência de uma estratégia, eventualmente, esta estratégia poderia ser outra



Assembleia Municipal de Caminha

sem prejuízo dos princípios de igualdade, mas que levasse em linha de conta algumas especificidades relevantes das Freguesias, nomeadamente o montante de contribuições de IMI que a minha freguesia paga para este concelho.

No entanto, esta distribuição acaba, para mim, por constituir um fator de regozijo. Porquê? Porque em tempos idos, eu próprio disse ao então candidato Miguel Alves o seguinte: "se vier um dia a ser Presidente da Câmara uma coisa lhe peço, nunca faça a nenhuma Junta de Freguesia, mesmo às da chamada oposição, aquilo que durante o último mandato foi feito à Junta de Âncora".

Sr. Presidente, entendo esta forma de atuar como uma demonstração clara da seriedade e do respeito que todas as freguesias e os seus habitantes merecem dos políticos. Entendo também, e permita-me Sr. Presidente a ousadia, de poder sentir que o senhor ouviu o meu pedido, mesmo que simultaneamente eu saiba, que não fosse o altruísmo e a dignidade que V. Exa. evidência perante todos, não seriam os meus lamentos a obter tais créditos.

No meu humilde entender Sr. Presidente, é realmente deste tipo de ação que o nosso concelho precisa, diria até mais, é deste tipo de ação de liberdade, de renúncia à subjugação de ideais, de acompanhamento, até de justiça social, que o nosso País precisa.

Reconheço que apesar das dificuldades, o Município, nestes últimos meses, já procurou resolver em Âncora alguns problemas que persistiam no tempo, tais como: passagem de nível da rua da Gelfa; parque infantil; levantamento topográfico do loteamento de Laboradas, disponibilização de pessoal do estaleiro de Caminha por impossibilidade do estaleiro do Vale do Âncora, entre outros. É verdade.

O atraso que Âncora, freguesia do litoral do nosso concelho, regista, fruto de um estrangulamento do passado, obriga-nos a reivindicar mais.

Mais, que se fundamente neste princípio de critérios de igualdade, mas que leve em linha de conta, por exemplo, entres outros, a prestação tributária da



Assembleia Municipal de Caminha

minha freguesia para este concelho, a prestabilidade que Âncora, nos vários domínios, tem dispensado ao concelho de Caminha.

Em conclusão, a Junta de Âncora votará favoravelmente à imagem do que fez no passado, que ao não se furtar a sacrifícios, trabalhou e geriu a freguesia com verbas reduzidas.”

O **Senhor Deputado Manuel Falcão** disse que tencionava fazer uma defesa a este documento, mas que depois da intervenção anterior ficava em dificuldades para o fazer, uma vez que o Senhor Presidente da Junta de Âncora fez uma intervenção que define claramente as diferenças entre o passado, tomando as suas palavras.

O **Senhor Deputado Manuel Amial** disse que a minuta que nos é proposta na Página 3, mais precisamente no seu número 4 que se refere a assegurar o que entende por pequenas reparações nos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, terminando com “não abrangendo ****”, frase que não identifica as situações não abrangidas. Desconheço se no documento final existe alguma alteração ou correcção. Ora, salvo melhor opinião, não podemos aprovar uma proposta que tem este tipo de lacuna, solicitando assim ao Senhor Presidente da Câmara a sua explicitação. Detecta ainda outras pequenas falhas nas páginas seguintes em relação aos meses que ficam em aberto.

O **Senhor Presidente** respondeu dizendo que o documento que ele possui, tem efectivamente os mesmos erros.

O **Senhor Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção por responder precisamente ao ponto referido anteriormente pelo Senhor Deputado. Referiu que esta minuta a ser aprovada em Assembleia Municipal, já foi aprovada em Reunião de Câmara e que terá sido aprovada nas Assembleias de Freguesia;



Assembleia Municipal de Caminha

os espaços em branco, identificados pelos asteriscos referidos, destinam-se a que cada Junta de Freguesia, de acordo com a sua especificidade, pudesse indicar alguma exceção ao descrito no artigo que o Deputado Amial referiu, bem como preencher os artigos nesses espaços como entendessem e melhor se adaptasse a cada caso. Se tal espaços não forem preenchidos, ficará ao critério do acordo que for lavrado entre as duas partes.

O Presidente referiu que atualmente estamos presentes de uma legislação que penaliza em grande escala as freguesias e as Juntas de Freguesia, uma vez que atribui novas competências às Freguesias e as atribui de dois modos diferentes: delegando automaticamente competências às Freguesias, é precisamente desse ponto que tratamos com estes Acordos de Execução, e seguidamente será tratada a matéria que se reporta às competências próprias e materiais das Freguesias. No caso dos Acordos de Execução, referiu o Presidente que estão a tratar das competências que foram delegadas por Lei nas Freguesias; na Lei existe igualmente uma indicação de que as Câmaras Municipais devem atribuir os meios financeiros, de Recursos Humanos e outros considerados importantes para o cumprimento destas novas competências.

Perante esta nova realidade, e como referiu já na Câmara Municipal, não existe qualquer sentimento por parte da Câmara de certeza absoluta sobre tudo o que vai acontecer, uma vez que estamos perante uma experiência e esta obriga a que sejam contidos na previsão mas que seja igualmente deixada uma margem para fazer qualquer revisão.

É disso que se trata em dois momentos deste protocolo, um em que referimos que existe uma revisão anual deste protocolo para perceber e corrigir falhas. Existe por outro lado a previsão perante duas partes de que existe algum erro nos pressupostos ou de que tenha existida alguma avaliação mal ponderada ou que existe alguma contrariedade com a previsão tida, a possibilidade de ajustes das “gavetas de dinheiros” que são postas à disposição das Juntas.

Referiu que de forma global, estes não seriam os valores que globalmente correspondem ao acordo e à vontade que gostariam de colocar à disposição



Assembleia Municipal de Caminha

das Juntas de Freguesia, sabendo que nos próximos anos terão de trabalhar mais para conseguir entregar mais meios e mais recursos às Juntas. Mas as Juntas de Freguesia sabem que existe um esforço em prol das Juntas e que esse esforço tem critério, que pode ser contestado e apresentados vários outros critérios a ter em conta, como nos referiu o Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, nomeadamente o critério dos quilómetros de vias que cada Freguesia possui, que é um critério interessante e que poderia ter sido tido em conta mas que não foi feito porque não se possuía pela parte de todas as Freguesias essa informação que pudesse ser utilizada.

Antigamente, para a atribuição de meios para o cumprimento das despesas correntes, existia somente um critério, o da discricionariedade da Câmara Municipal, dava a esta ou aquela Junta de Freguesia, mais ou menos, sem explicação específica alguma, chegando até a atingir algumas das freguesias que não possuíam Juntas que partilhassem o mesmo partido político que a Câmara Municipal, como aliás se tornou claro com a intervenção do Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora.

Pode-se então criticar o critério, ou diferentes critérios, mas existe efetivamente um critério: população, área da freguesia, existência ou não de escolas, existência de espaços verdes e existe ainda uma cláusula de solidariedade para não protegermos aquelas juntas de Freguesia que por aplicação só pelos critérios, veriam em muito reduzido o capital que se lhes seriam dispostos.

Na primeira intervenção, o Deputado Rui Taxa falou acerca do desespero das Juntas de Freguesia a propósito dos Protocolos; referiu ainda que se sabe a necessidade de podermos ter recursos financeiros para responder às nossas populações, no entanto a intervenção do Senhor Deputado parece dar a entender que a Câmara Municipal se tem atrasado a dar o dinheiro às desesperadas Juntas de Freguesia, e quem o ouve, parece que o executivo anterior se dispunha a ceder os apoios financeiros em Janeiro, em Março ou em Abril às Juntas de Freguesia. Sabemos que não estamos no timing perfeito para a atribuição, mas estamos no timing habitual que a Câmara Municipal tem



Assembleia Municipal de Caminha

feito aos antigos Protocolos e atribuição. Por outro lado, estamos efetivamente a entregar dinheiro que ainda não tinha sido dado dos Protocolos de 2013 às Freguesias; sabemos que as atribuições não estão a ser levadas a cabo com a velocidade que as Juntas preferiam, mas é aquela que nos é possível.

Segundo ponto, no que toca à questão do diálogo, há Presidentes de Junta que hoje trabalham com o Sr. Presidente, que lhe dizem que durante muito tempo não conseguiam dialogar com quem presidia a Câmara Municipal; e a propósito destes protocolos houve um diálogo intenso com as Juntas, tendo o Presidente a oportunidade de perceber junto dos Presidentes quais as suas ansiedades para estes próximos anos, elaborar os protocolos e apresentar e dialogar sobre cada um deles com o Presidente da Junta de Freguesia a que correspondia, tentando fazer melhorias ou alterações.

Terminou transmitindo o que já havia comunicado aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, que através deste Protocolo temos o segundo maior montante de sempre transferidos para as Juntas de Freguesia; acrescentou ainda que, para além das atribuições económicas, e conforme a Lei, em termos de Recursos Humanos e Recursos Materiais a Câmara está completamente disponível para apoiar em qualquer situação que surja e necessite de solução.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** fez a seguinte declaração de voto:

“Votamos contra, porque mais uma vez este é um acto de gestão da vossa inteira responsabilidade e que oportunamente há-de ser avaliado pelas nossas populações.



Assembleia Municipal de Caminha

OPSD dá total apoio e liberdade à tomada de posição que cada um dos Srs. Presidentes, legítimos representantes das suas freguesias tomar, mas lamenta o clima de verdadeiro “sufoco” financeiro em que tiveram de negociar estas transferências.

Não importa a sua argumentação da comparação, porque lá no fundo, mesmo que não o expressem, por “receio”, os senhores Presidentes de Junta sabem que menos é pior...

Também não vale a pena investirem na “teoria” repetida da falta de dinheiro, pois dizia o velho ditado que “com papas e bolos se enganam os tolos”, mas a população e principalmente os Srs. Presidentes de Junta de “tolos”, não têm nada! Sabem muito bem que se gasta muito dinheiro em quê, para quê e para quem, mesmo que não o digam!

Lamentamos profundamente, que mesmo com a oportunidade de uma legislação que claramente pretende transferir mais competências e meios para as Juntas de Freguesia, e que permitiria a V. Exa. cumprir a sua promessa eleitoral, mais uma vez tenham defraudado as expectativas que criaram e de quem vos elegeram.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) Formas de Apoio às Freguesias para Prossecução das Respetivas Competências Materiais

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de junho de dois mil e catorze, relativa às **“Formas de Apoio às Freguesias para Prossecução das Respetivas Competências Materiais”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea j) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize as “Formas de Apoio às Freguesias para Prossecução das Respetivas Competências Materiais”.

A Senhora Deputada Júlia Paula iniciou a sua intervenção:

“Recordando-me das últimas intervenções na AM, principalmente a do Sr. Presidente da Junta de Seixas, dei-me conta que, ou também ele estava verdadeiramente imbuído deste espírito teatral, quiçá a representar um argumento encenado, ou está a acontecer na bancada do Partido Socialista, uma espécie de “fenómeno do Entroncamento”.

Comecemos pela bancada socialista:

Tudo aquilo que se fazia no passado era alvo de crítica sistemática e constante, tudo estava mal, nada se fazia, e agora qual fenómeno tudo é perfeito! Tudo ganhou cor qualidade. Usando a analogia:

A peça é a mesma, mas nada como mudar o ator principal e divulgar bem o cartaz e tudo fica fenomenal!

Sr. Presidente da Junta,

Lembro-me que quando iniciei as minhas funções, principalmente no verão, em Seixas, sistematicamente não havia abastecimento de água. Esta triste realidade já lá vai longe, esse problema já não existe, e a memória, principalmente algumas memórias também são curtas.

Assim, problemas resolvidos como o saneamento na Rua do Vale e em diversas artérias ou as obras junto ao cais, alargamento ou requalificação de diversas ruas, ou as obras nas escolas, ou a requalificação da Estrada de Marinhas, ou o apoio a todas as Associações e Festas da freguesia de Seixas ou muito mais que poderia elencar, mas que não vale a pena, porque nem



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

nunca agradamos a todos, nem nunca conseguimos fazer tudo, já nada representam. Porque já estão resolvidos!

Quem não se lembra da crítica sistemática e constante, à marginal de Seixas? Eventualmente agora sem dinheiro, em 8 meses, sem protocolos e transferências para as freguesias, a marginal já foi requalificada, o largo da feira já está pronto, a praia fluvial e a ecovia estão concluídas, é ver as bicicletas e a bandeira azul! O Largo de S. Bento está mais iluminado e ganhou nova vida! E como eu espero que a sua intervenção não tivesse como objetivo criticar a gestão do seu antecessor, mas a nossa gestão, com estas transferências e competências que agora a Junta de Freguesia de Seixas vai receber da Câmara Municipal, não só vão requalificar e beneficiar todos os restantes espaços públicos, como vão finalmente contar com o apoio inequívoco da Câmara Municipal, para requalificar a Casa Ventura Terra que a Câmara anterior comprou!

Desejo sinceramente, que o agora fenómeno de Caminha, se torne uma realidade concreta num futuro próximo, mas recomendo-lhe prudência nas suas análises, pois falar do que não se sabe, do que não se conhece e criticar quem nos antecede, e acima de tudo com os valores e meios que vão ser agora transmitidos às JF, pode pelo simples exercício da comparação num balanço próximo revelar-se profundamente desastroso!

E ainda sinceramente como deputada na Assembleia Municipal desejo-lhe as maiores felicidades para o exercício do seu mandato e para bem de todos os Seixenses! Gostaria de dar ainda nota ao Sr. Presidente da Câmara que no passado foram elaborados e pagos protocolos às Juntas de Freguesia com critérios e de acordo com a Lei em vigor. Foi o senhor que prometeu mais!

Que há pouco nesta mesma sessão mandou uma vereadora responder a uma intervenção do público e um vereador responder às intervenções dos Srs. Deputados e agora acha indigno que os Srs. Presidentes de junta tivessem como interlocutor um vereador que detinha o pelouro e que era ainda vice-presidente da Câmara! Dar nota ao Sr. Presidente da Câmara que venci três



Assembleia Municipal de Caminha

actos eleitorais com o voto e confiança da população de Caminha, com trabalho e que o Senhor Presidente, por muito empenho e muita garra que aqui queira demonstrar, ainda não tem moral nem trabalho para fazer uma gestão da minha gestão à frente do executivo; tem de mostrar primeiro que é melhor e mais capaz e espero que o seja, para bem da população de Caminha.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** iniciou a sua intervenção:

“Não podemos concordar com esta proposta porque ela pretende atribuir e dividir pelas 14 freguesias:

- 27.900,00 Euros para gerirem e assegurarem a manutenção de espaços verdes;
- 27.900,00 Euros para assegurarem a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- 83.700,00 Euros para manterem, repararem e substituírem mobiliário urbano;
- 30.000,00 Euros para assegurarem a realização de pequenas reparações nas escolas;
- 15.000,00 Euros para promoverem a manutenção dos espaços envolventes das escolas.

Não concordamos com esta proposta, porque deste total de 184.500,00 Euros são novas atribuições que não consideradas nos protocolos dos anos anteriores. Resta a verba de 55.800,00 para comparar com as verbas protocoladas entre os executivos anteriores.

Com 55.800 Euros a dividir pelas nossas Juntas de Freguesia, estas não conseguirão assegurar a gestão e a manutenção de espaços verdes e a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros.

Embora nos orgulhemos da gestão e dos valores que no passado transferimos para as Junta de Freguesia, substancialmente superiores em todos os mandatos, sobretudo não podemos concordar com o exercício de comparação atabalhado por anos e percentagens convenientes.



Assembleia Municipal de Caminha

Em primeiro lugar, porque não se pode comparar o que não é comparável! A Lei é nova e diferente As competências são novas e diferentes!

Não agarrou esta oportunidade para marcar a diferença.

Não soube ou não quis potenciar o “ADN” de cada uma das freguesias e dar corpo à verdadeira parceria que prometeu!

Infelizmente demonstrou o lado pior da política! Aquele que as populações cada vez mais rejeitam e abominam, prometer tudo em campanha e no poder fazer pior!

Nisso e em muito mais o PSD é diferente! Cumpre o que promete e só promete o que pode cumprir!”

O **Senhor Deputada Manuel Falcão** disse que o alvo nesta questão não está no Presidente da Câmara ou Presidentes de Junta, mas sim com a Lei aprovada pela Assembleia da República do governo PSD-CDS, a Lei 75/2013. Esta traz às Juntas de Freguesias um conjunto de competências matérias absolutamente extensas que não existiam, esquecendo-se o governo que seria necessário um “envelope” financeiro para exercer estas competências. Assim, na sua perspectiva, o grande problema está de facto na referida Lei, que não obstante de reforçar as competências das Juntas de Freguesia, esqueceu-se de atribuir os meios para dar corpo a estas competências. Toma o exemplo do ponto em que as Juntas de Freguesia têm direito a 1% da receita cobrada sobre o IMI; ora para se nas grandes Freguesias isto tem uma expressão ridiculamente baixa, para as pequenas freguesias, em que o IMI é baixo, ainda mais o tem. Assim, a Câmara Municipal de Caminha, de “braço dado” com as Juntas de Freguesia, dialogando com estas, ajudou as Freguesias a colmatar as dificuldades que estas possuem na criação e na concretização daquelas que são as suas novas competências desta nova Lei. Assim, na sua perspectiva é de saudar os apoios que a Câmara se propõe a dirigir às Juntas de Freguesia, bem como o papel que os Presidentes de Junta tiveram em todos os diálogos e abordagem.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Seixas, Rui Ramalhosa**, em defesa da honra, saudou os presentes e afirmou que embora tendo nascido em Lanhelas, já é de Seixas há mais de 40 anos e tudo o que se fez em Seixas nunca lhe passou ao lado, como a Deputada Júlia Paula assim o fez crer. Apontou ainda que o seu sogro foi Presidente da Junta, Sr António Santeiro, que recorda fez parte dessa Assembleia por muitos e muitos anos. A Marginal não foi obra do mandato PSD, mas sim PS; o Largo de São Bento foram igualmente do PS; inauguradas pelo Sr, Valdemar Patrício; Marinhas tem uma pequena parte se Seixas, mas é de Vilar de Mouros a maior parte da estrada que foi requalificada. Em relação aos valores que transferiram para a Junta, em 2007 e 2009, e para confirmar que o antigo executivo “olhava muito pelas freguesias”, transferiu zero Euros; dois anos a seguir transferiram 500 Euros e era com isso que se tinha que viver nesses tempos.

Assim, aquela carta que foi enviada, referindo os 800.000Euros dos últimos 12 anos, agora sabe para onde foram 220.000 Euros, para a Casa Ventura de Terra, que foi adquirida a particulares, ainda não se sabe bem com que finalidade.

E ainda, aquelas obras que a Deputada referiu não terem sido feitas, foram lançadas pelo vosso executivo em campanhas eleitorais, o tal Largo da Feira, a Passagem Desnivelada, entre outras obras, infelizmente só por questões eleitorais. Referiu ainda que a Deputada está muito mal informada, já que efectivamente já foram feitas obras em Seixas, já foi pavimentado o Largo de São Bento, já foram arranjadas ruas. Assim pede à Senhora Deputada Júlia Paula que se informe antes de referir que a Junta e a Câmara nada têm feito em Seixas.

O **Senhor Presidente** referiu que considera que as Defesas da Honra se vêm alargando e confundindo no que toca à defesa de carácter pessoal e a defesa



Assembleia Municipal de Caminha

do carácter político. Assim, pede aos Deputados que sejam breves e se limitem à defesa pessoal e não à política.

A **Senhora Deputada Júlia Paula** fez uma interpelação à mesa e afirmou que nunca em momento algum ofendeu a honra do Presidente da Junta de Seixas. O Senhor Presidente de Junta de Seixas usou a palavra na passada Assembleia e como o Regimento não lhe permite o Direito de Réplica, se limitou a fazer aquilo que é Democracia: expressão a sua visão, o seu ponto de vista e o seu direito de resposta.

Seguidamente, dirigiu-se ao Sr. Presidente e convidou-o para que na próxima Assembleia se sente próximo deles e perceba a falta de respeito das pessoas que estão presentes na Assembleia, bem como a dificuldade, uma vez que não conseguem concluir o seu raciocínio e usar da palavra convenientemente porque estão constantemente com ruídos, comentários que não são dignos e compatíveis com o lugar que os Deputados ocupam nesta Assembleia. Se o PS em Caminha usa a bandeira da liberdade de expressão e do diálogo, deve aprender a ouvir e a respeitar os outros e as suas opiniões.

O **Senhor Deputado Manuel Amial** disse que como bem referiu o Senhor Dr. Manuel Falcão, efectivamente a Lei 75/2013, no seu artigo 16.º elenca um rol de competências materiais às Juntas de Freguesia em vigor desde 1 de Janeiro de 2014, algumas delas de difícil cumprimento por falta de estruturas adequadas e pessoal competente, atribuindo-lhe compensações financeiras futuras que são consideradas manifestamente insuficientes.

Por isso, vejo com muito apreço este apoio que a CM quer dar às Juntas de Freguesia para as ajudar a cumprir a sua missão, sem que para isso esteja obrigada.

Naturalmente que podemos sempre questionar o montante global do apoio que agora nos é proposto de 273.500 euros.



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor Presidente da Câmara já disse que houve o respectivo diálogo com as Juntas de Freguesia.

Mas queria perguntar se a determinação deste montante foi previamente acordado com os Senhores Presidentes de Junta, porque no documento que me foi disponibilizado para esta reunião não estão explicitados os critérios da sua atribuição.

Por outro lado também não percebi muito bem que a cabimentação orçamental para a atribuição daquela verba de 273.500 euros seja de 273.860,37 euros. Haverá aqui alguma deficiência na proposta?

O **Senhor Presidente da Câmara** refere que gostaria de responder a duas questões colocadas pelo Senhor Deputado Manuel Amial; a determinação destes montantes obedeceu a uma audição que o Sr. Presidente refere que fez primeiro com os Senhores Presidentes de Junta sobre as necessidades a colmatar em cada Freguesia, seguida de uma avaliação sobre a capacidade da Câmara para lhes poder dar resposta e dentro dessa resposta e do necessário em cada Freguesia foi atribuído cada montante.

Referiu que estão em causa as competências materiais unicamente das Juntas de Freguesia; assim, o que o governo do PSD entendeu para dizer às Juntas de Freguesia foi que estas agora tinham competências em matérias de conservação de abrigos de passageiros, fornecimento de limpeza de balneários, manter parques infantis públicos e equipamentos desportivos de âmbito local, reparação de chafarizes, placas de toponímia, sinalização vertical e proceder à manutenção de caminhos; para ser possível cumpri-las o governo decidiu atribuir-lhes 1% do IMI cobrado em cada freguesia, no entanto se tal já é difícil em freguesias mais urbanas, mais difícil é em freguesias sem esse aparato. Este executivo concordou então em dar a máxima consistência possível para que se pudessem fazer obras neste âmbito.

Uma vez que estas competências correspondem na sua maioria ao que era a atribuição de transferências de capital, o esforço foi feito para que resultasse



Assembleia Municipal de Caminha

num aumento relativamente a 2010 de 56%, de 2011 de 70%, de 2012 de 15% e de 2013 de 47 %. Para além do esforço deste executivo, existe agora uma responsabilização das Juntas de Freguesia; cabe às Juntas de Freguesia no entanto poder aproveitar este dinheiro e encontrar as soluções para cada um dos seus problemas e obras e fazê-las realmente, uma vez que estes fundos têm de ser pagos mediante o comprovativo das obras realizadas.

Assim aqui é apresentada uma proposta que globalmente, nestas duas alíneas, o anterior e este, que apresenta um saldo de atribuição às Juntas de Freguesia de 458 000 €, apenas tendo sido superior o valor no ano transacto em 80 000 € acima. Falta apenas acrescentar a este valor todas as competências que possamos delegar nas Juntas Freguesia, nomeadamente o transporte escolar e a alimentação.

Os Presidentes de Junta sabem o esforço que tem sido feito nesta matéria e isso está presente nas votações que se tem vindo a verificar acerca desta matéria.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** afirmou que se abstiveram nesta proposta pois os valores neles apresentados e submetidos à votação não garantem o bom serviço público às nossas populações das Freguesias. Insistem que o foco o preocupação não é comparar com o que era transferido, mas sim o que é transferido agora. Essa é a realidade que estão a votar e que vai condicionar o trabalho dos Senhores Presidentes da Junta. São estas as verbas cuja missão e garantia é a de defender os interesses dos munícipes nas diversas Freguesias. Não concordam, pois as verbas que foram previstas e prometidas



AD
E.

Assembleia Municipal de Caminha

às Freguesias foram a grande bandeira do processo eleitoral do actual executivo e, consideram, está muito há quem do que é necessário. No entanto, respeitando a vontade dos Presidentes de Junta e porque este é um acto da gestão do executivo actual, abstiveram-se.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) Proposta de Modificação Orçamental/ Revisão n.º 2/AM/2014

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de junho de dois mil e catorze, relativa à “**Proposta de Modificação Orçamental/ Revisão n.º 2/AM/2014**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar propostas de orçamento bem como as respetivas revisões, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a “Proposta de Modificação Orçamental/ Revisão n.º 2/AM/2014”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra, 3 abstenção e 1 voto nulo.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0



Assembleia Municipal de Caminha

abstenções.

g) Nomeação do Auditor Externo - (Certificação Legal de Contas)

Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de junho de dois mil e catorze, relativa à **“Nomeação do Auditor Externo (Certificação Legal de Contas)”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º1 do art.º77 da lei 73/2013 de 03 de setembro, compete à Assembleia Municipal nomear, sob proposta do órgão executivo, o auditor externo responsável pela Certificação Legal das Contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Nomeação do Auditor Externo”.

O Senhor Deputado Rui Taxa iniciou a sua intervenção:

“A relação contratual do Município de Caminha em esta empresa corresponde a um “folhetim”.

Foi contratada em Outubro para prestar um serviço ao Município de Caminha. Cito informação prestada em ofício datado de 22.01.2014: “para aferir com rigor a verdadeira situação financeira do Município de Caminha”.

Não vamos discutir o ridículo de aferir o que resulta das contas públicas supervisionadas pela DGAL, pelo Tribunal de Contas, pois percebe-se logo a conjectura política em que o executivo socialista iria assentar toda a sua estratégia de comunicação. Mas ainda que parecesse legítimo, não resulta nada legítimo aferir do rigor de quem nos antecede cometendo logo no ato da contratação para o efeito, uma série de ilegalidades numa total falta de rigor.

Não existe informação dos serviços com a respectiva cabimentação e criação do respectivo compromisso. Não se procedeu ao respectivo concurso público,



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

não houve adjudicação, ou seja: contratou-se um serviço na mais completa ilegalidade e falta de rigor.

Não restam dúvidas porém que o serviço foi prestado e concluído através de um relatório datado de 18 de Dezembro e distribuído aos senhores deputados na Assembleia Municipal de Fevereiro.

Instado pelos senhores vereadores a esclarecer e apresentar os respectivos documentos: Informação de cabimentação financeira, publicação de concurso, despacho de adjudicação e valor, etc. Responde V. Exa. em momentos distintos, mas registados:

- em ofício de 22/01

“(...) decidiu este executivo, como foi repetido e amplamente divulgado mas talvez, ainda não entendido por todos os vereadores, não assumir qualquer compromisso em violação da lei, designadamente nenhum dos elencados no pedido de informação de V. Excelências;

7- Assim, em repetição das informações já prestadas de modo a que possam os senhores vereadores compreender, não foi contratualizado nenhuma prestação de serviços a propósito da iluminação de Natal, das festividades da passagem de ano ou da realização da auditoria em curso.”

Mais esclarece no seu ponto 11: “(...) Quanto à realização da auditoria, a mesma só foi possível pelo confronto entre a necessidade premente (e já comprovada) de ser conhecida a real situação financeira da Câmara Municipal e a compreensão , por parte da empresa auditora, da impossibilidade de assunção de compromisso financeiro por parte da autarquia nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2013”

Acrescenta no ponto 12 do mesmo ofício, “ não foi contratada qualquer acessória ou outra qualquer prestação de serviços desde o dia da tomada de posse até ao dia em que se presta esta informação”

E refere ainda (...) “estão a ser avaliados todos os contratos, a prestação de serviços deles decorrentes e os seus montantes, de modo a poderem ser reduzidos os custos a pagar pelo Município”.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Perante tal resposta pareceria que estávamos perante mais um trabalho voluntário, feito por uma empresa privada, com fins e objectivos de negócio, o que para além de estranho, violava as leis da livre concorrência, uma vez que prestaram um serviço de forma gratuita e depois ganharam como prémio uma contratação, como é o caso da proposta que está em discussão.

Mas se dúvidas houvesse sobre o “voluntariado”, mais esclarece e cito a informação prestada no ofício de 19 de Fevereiro: “A dificuldade em aferir a verdadeira situação financeira do Município levou-nos a entrar em contacto com uma empresa especializada que, no quadro da missão de serviço público (...) aceitou iniciar um trabalho de auditoria que se revelava urgente e imprescindível. Não violamos qualquer Lei, nem tínhamos a informação clara de que o Executivo anterior, do PSD, o fizera, nomeadamente no que se refere à Lei dos Compromissos, como se veio a constatar”

Percebe-se muito bem a tónica de antecipação do argumento jurídico da urgência, da situação inadiável e de excepcional interesse público, como forma de justificar uma efectiva contratação sem qualquer procedimento legal e contrariando a Lei dos Compromissos. Acontece que tal argumento não colhe, porque o município pode e deve recorrer às Instancias públicas com legitimidade para aferir da conduta dos outros.

Repetidamente o Sr. Presidente referiu a compreensão o altruísmo, o espírito de serviço público, ora qual não foi o nosso espanto, quando na análise dos documentos solicitados pelos senhores vereadores em Fevereiro e entregues em Junho, se constata, que afinal a auditoria custou ao município 6.150 Euros pagos à benevolente e compreensiva empresa em 15.04.2012 pela Ordem de Pagamento 796.

Tudo num quadro de missão pública que afinal custou 6.000 Euros ao Município. Claro que solicitamos de imediato que nos sejam fornecidas cópias de todos os documentos que sustentaram este pagamento e contratação “à posteriori” do início e da efectiva data da prestação do serviço.



Assembleia Municipal de Caminha

Não seria tão grave se a auditoria não pretendesse aferir do cumprimento da Lei de Compromissos.

Do mesmo modo, não se compreende que pretendendo o Município reduzir as assessorias e concluindo pelo relatório desta auditoria que não estava a ser cumprida a Lei dos Compromissos, vá renovar em 19 de Março o contrato de acessória, ao consultor do executivo anterior até 2015, cujo encargo ascende em 2014 a 7.979,23 € e em 2015 a 5.699,45 €, num total de cerca de 13.000 €.

Ou seja: Pelo sim pelo não, para que a poupança seja eficaz contrata os dois!

Nas bastasse este “enrolado” de episódios, mais uma vez o senhor submete a este órgão propostas que não estão acompanhadas dos documentos de informação dos serviços sobre cabimentação financeira, etc.

Apresentam-se documentos para votação, que não têm sequer registo de entrada, nem qualquer informação que sustente a sua apreciação, com um mero despacho de “submete-se a”.

Submeta-se a um ajuste directo no montante de 14.900 € + IVA – 23%, em que o valor pode ser aumentado e diferente da base, por força das despesas de alimentação e deslocação atingindo um montante que não está definido e que se antecipa vai ser substancialmente superior!

Aliás ajuste que nas contas à moda do Sr. Presidente vai custar ao município no mínimo 80.000 Euros!

Quem quiser consultar os portais dos vários municípios constata por exemplo que a Câmara de Almodôvar para cumprimento da mesma Lei e dos mesmos quesitos contrato o mesmo serviço por 8.880 € + IVA, sem encargos acrescidos, tendo procedido à correspondente consulta prévia.

É revoltante e escandalosa a estratégia montada para “alimentar” a teoria da falência, denegrir o PSD, usando o dinheiro que vos foi deixado para este tipo de “esquemas” e negando os recursos necessários às Juntas de freguesia, às nossas associações, às nossas crianças, à nossa população, invocando invariavelmente para quando vos convém que não há dinheiro e esbanjando os



Assembleia Municipal de Caminha

recursos que vos deixaram para pagar a quem vos presta o “parecer” que permite dizer que a Câmara estava falida e não tem dinheiro!

Quase diríamos que às segundas, quartas e sextas não há dinheiro, às terças, quintas e principalmente aos sábados e domingos, o dinheiro não falta! Até se esbanja!”

A **Senhora Deputada Júlia Paula** disse que há pouco o Senhor Presidente utilizou a expressão que o PSD gostava muito de “sacudir a água do capote”. A Deputada disse que o Sr. Presidente começa a adoptar uma postura e uma faceta de quem “gosta de empurrar com a barriga para a frente”. Disse ainda ao Sr. Presidente se deveria preocupar com a situação financeira.

O **Senhor Deputado Rui Teixeira** saudou os presentes e referiu que relativamente a este ponto, a nomeação do Auditor Externo é uma obrigação que recorre da Lei das Finanças Locais de 2014. O procedimento utilizado de ajuste directo, que está também previsto na Lei, seguramente foi o mesmo procedimento que foi utilizado para contratar o Técnico Oficial de Contas que não aprovou as contas mas fez um “semi-relatório” e uma suposta aprovação de contas para 2012, é um procedimento que está previsto na Lei.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 9 votos contra, 1 abstenção.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** fez a seguinte declaração de voto:

“Votamos contra esta proposta por não terem sido disponibilizados os documentos técnicos e necessários, que consubstanciaram a escolha por



Assembleia Municipal de Caminha

“ajuste directo” sem consulta prévia e que culminou na escolha e nomeação da empresa “Santos Carvalho & Associados, SROC, SA” como auditor externo; Votamos contra esta proposta por entendermos não estarem cabalmente esclarecidos os fundamentos da contratação de prestação de serviços de auditoria a esta mesma empresa, podendo ter sido criado um clima de favorecimento que contraria as regras de transparência e de rigor.

Finalmente votamos contra esta proposta por entendermos que o seu valor é exagerado, contendo despesas que podem ampliar em muito o valor do contrato e desajustado com os valores de mercado praticados a outros Municípios para os mesmos serviços, que estão claros, são explícitos na Lei e cujas obrigações são iguais para todos”.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Presidente da Mesa** pediu autorização à Assembleia para prosseguir com os Trabalhos uma vez que a hora já atingiu o limite de tempo para a realização de Assembleia que a Lei ordena.

h) Alteração à Postura de Trânsito na Rua 16 de Setembro na Freguesia de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de junho de dois mil e catorze, relativa à “**Alteração à Postura de Trânsito na Rua 16 de Setembro na Freguesia de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com



Assembleia Municipal de Caminha

eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a “Alteração à Postura de Trânsito na Rua 16 de Setembro na Freguesia de Caminha”.

O **Senhor Deputado José Luís** disse que, apesar de não ter directamente a ver com o trânsito da Rua 16 de Setembro, a sua intervenção representava um contributo para o bom funcionamento do trânsito local, especialmente das zonas de estacionamento, tendo especial atenção a que se aproxima a altura do Verão, em que estes problemas se intensificam. Disse que em frente à Capitania de Caminha, tem um “triângulo” cujo pavimento não possibilita o estacionamento, pelo que propõe a adaptação do espaço para possibilitar o estacionamento, pelo menos na altura de Verão.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

i) Alteração à Postura de Trânsito na Travessa do Repuxo na Freguesia de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de junho de dois mil e catorze, relativa à “**Alteração à Postura de Trânsito na Travessa do Repuxo**”



Assembleia Municipal de Caminha

na Freguesia de Caminha", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a "Alteração à Postura de Trânsito na Travessa do Repuxo na Freguesia de Caminha".

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

j) Alteração à Postura de Trânsito na Av.ª de Santo António com a Estrada das Faias na Freguesia de Seixas

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de maio de dois mil e catorze, relativa à "**Alteração à Postura de Trânsito na Av.ª de Santo António com a Estrada das Faias na Freguesia de Seixas**", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize



Assembleia Municipal de Caminha

aprovar a “Alteração à Postura de Trânsito na Av.^a de Santo António com a Estrada das Faias na Freguesia de Seixas”.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

k) Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento à Foz do Minho e Mata do Camarido

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de junho de dois mil e catorze, relativa à “**Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento à Foz do Minho e Mata do Camarido**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a “Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento à Foz do Minho e Mata do Camarido”.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

I) Novo Regimento da Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa às **“Novo Regimento da Assembleia Municipal de Caminha”**, conforme documento anexo, apresentado pelo grupo de trabalho criado para elaborar o projeto do Regimento da Assembleia Municipal de Caminha, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Rui Lages** referiu que apesar de não estar mandatado em nome do grupo que fez o Regimento, foi entregue uma Errata subscrita por ele próprio, pelo Presidente da Assembleia, Pelo Dr. Rui Taxa e pelo Arquitecto Jorge Alves à Mesa da Assembleia que solicitava fosse lida antes da discussão.

O **Presidente da Mesa** procedeu à leitura da Errata entregue:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

O grupo de trabalho da Divisão do Regimento da Assembleia Municipal de Caminha vem pelo presente informar V. Exa. que, por mero lapso, no Artigo 17, Número 2, Alínea a), faz-se remissão ao Artigo 47, não obstante deve ler-se Artigo 53. Assim, o Artigo 17, Número 2, Alínea a) deve ter a seguinte leitura: ‘Este período inicia-se com a realização pela Mesa dos seguintes procedimentos: Comunicação à Assembleia das Substituições dos Termos do Artigo 53’ ”.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa** disse que foi um prazer ter pertencido a este grupo de trabalho que rapidamente chegou a uma conclusão que possibilitou entregar o trabalho hoje aqui para votação e que muito provavelmente vai ser votado favoravelmente por todos os representantes presentes nesta Assembleia.

Referiu ainda que não pode deixar de comprar o trabalho que foi feito e a postura do PS neste ponto referente ao Regimento da Assembleia Municipal de Caminha e ao referente ao Ponto do Provedor do Município; nessa altura no Provedor do Município, podemos verificar uma postura totalmente diferente por parte do PS, que em nome da democracia, do diálogo e da transparência não constituiu um grupo de trabalho para se tratar o Regulamento do Provedor do Município e este foi só aprovado pelos votos do Partido Socialista.

Por outro lado, pelo mesmo exercício de diálogo e de transparência impôs o nome que tinha de antemão decidido para Provedor do Município e se tivesse havido diálogo e transparência poderia ter-se chegado a um consenso e as votações teriam sido diferentes. Felicita o reconhecimento do erro e o estabelecer deste grupo de trabalho para o ponto que é hoje votado.

O **Senhor Deputado Manuel Amial** disse que gostaria de começar por relevar o trabalho meritório da Comissão de Redacção do Regimento. No entanto a sua intervenção prende-se por questões de metodologia. Neste ponto são votadas as Alterações ao Regimento, mas o documento apresentado não releva qualquer alteração ao Regimento em vigor, mas sim um novo Regimento. Por isso, queria deixar aqui à consideração da Comissão e da Mesa que não estamos perante qualquer alteração, pelo que esta alínea da ordem de trabalho devia ser rectificadora de conformidade. Por outro lado, a proposta de regulamento apresentada devia prever no final que a sua aprovação revoga o regulamento anteriormente em vigor.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Manuel Falcão** disse concordar com a intervenção anterior, considerando que efectivamente a redacção desta alínea “não foi feliz”. Assim, propõe que esta deveria dizer Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Caminha, contemplando o articulado que no final fosse disposto que é revogado o anterior Regimento da Assembleia Municipal de Caminha. Gostaria ainda, em nome dos Deputados do PS agradecer singelamente à comissão de revisão que fez efectivamente um excelente trabalho, acrescentando que naturalmente votarão a favor da Proposta que é apresentada.

A **Senhora Deputada Sónia Lajoso** saudou os presentes e agradeceu o trabalho do grupo que fez as alterações. Referiu ainda, em nome da Mesa, e na qualidade de 2ª Secretária da Mesa, que tem delegações de funções do Senhor Presidente e há pouco a Senhora Deputada Júlia Paula referiu que tinha ultrapassado o Sr. Presidente, no entanto não o fez; a Mesa é um grupo e ela funciona com delegação de competências. Finalmente pediu a todos os Deputados que leiam o Regimento e o interiorizem.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, numa interpelação à Mesa, questionou ao Sr. Presidente da Mesa e informou a Assembleia das delegações de competências que fez aos seus secretários. Seguidamente, esclareceu que na altura do comentário referido, se encontrava a dialogar única e exclusivamente com o Sr. Presidente da Mesa e simplesmente chamou à atenção desse facto, não faltando ao respeito nem às funções da Secretária nem sequer às competências que a Secretária tomou agora e que lhe foram delegadas, mas que desconhecia. Assim, em nome da verdade e da clarificação é esta a interpelação que faz à Mesa e a questão que deixa, que não necessita de ser respondida agora.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

m) Nomeação do Conselho Municipal de Educação

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de vinte e cinco de junho de dois mil e catorze, relativa à retificação da “**Nomeação do Conselho Municipal de Educação**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea s) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 setembro de fevereiro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a criação do conselho local de educação, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda a autorização para a “Nomeação do Conselho Municipal de Educação”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** que quanto a este ponto, propõe apenas a inclusão de um representante do pessoal não docente, tendo em conta que são já um número significativo e trabalhadores, achava por isso conveniente que estivessem representados neste Conselho.

O **Senhor Presidente da Câmara** referiu que a proposta é o que e assim se manterá. Relativamente ao exposto pelo Senhor Deputado Rui Taxa, esse caso



Assembleia Municipal de Caminha

pode ser incluído posteriormente e não é caso único, uma vez que há outras situações que poderão igualmente ser admitidas pelo Conselho Municipal de Educação, e essa será uma das situações tidas em conta. Assim, mantemos esta proposta e depois tratar-se-á de incluir algumas das pessoas ou das classes que faltarão.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** afirmou que vota favoravelmente desde que o Presidente seja o vigilante das palavras do Sr. Presidente da Câmara, isto é, que o representante referido por ele seja incluído.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, informou que encontraram um local mais confortável para as futuras sessões e declarou encerrada a Sessão, quando eram 03H00M, do dia 28 de junho de 2014, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

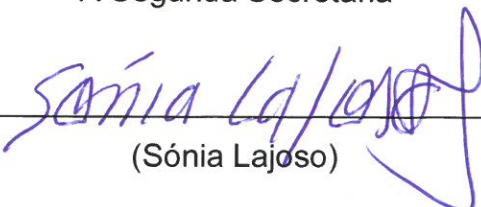
O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

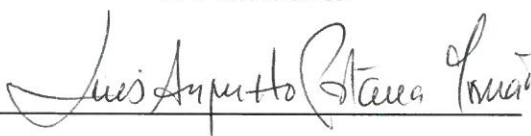


Assembleia Municipal de Caminha

A Segunda Secretária


(Sónia Lajoso)

O Presidente


(Luís Augusto Pestana Mourão)